



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 43

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 13 de fevereiro de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Joaquim Machado)*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 4 minutos.

Após a chamada, a sessão iniciou-se com a [interpeção ao Governo sobre “Incumprimentos do Governo Regional no Setor das Pescas”](#), solicitada pelo Grupo Parlamentar do PS. A abertura do debate coube ao Deputado Gualberto Rita (PS), tendo-se seguindo as intervenções dos Deputados Olivéria Santos (CH), Jaime Vieira (PSD), António Lima (BE), Nuno Barata (IL), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Paulo Margato (PPM), Paulo Gomes (PSD), José Sousa (CH), Mário Tomé (PS), Carlos Freitas (PSD), José Ávila (PS), João Bruto da Costa (PSD), José Pacheco (CH) e Andreia Cardoso (PS), bem como do Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho).

Dando seguimento à agenda, o Deputado Pedro Neves (PAN) justificou o [pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 28/XIII — “Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez \(IVG\)”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, tendo intervindo os Deputados Salomé Matos (PSD), José Pacheco (CH), Andreia Cardoso (PS), Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e António Lima (BE). Submetido à votação, o pedido de urgência foi rejeitado.

Seguiu-se o [pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 30/XIII — “Realização de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para](#)

transporte de doentes não urgentes”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN. Feita a justificação por parte do Deputado Pedro Neves (PAN), o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado.

Tendo sido aprovado, passou-se à análise do Projeto de Resolução n.º 30/XIII — “Realização de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para transporte de doentes não urgentes”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN. A apresentação da iniciativa coube ao Deputado Pedro Neves (PAN), tendo usado da palavra os Deputados Nuno Barata (IL), Olivéria Santos (CH), José Eduardo (PS), Flávio Soares (PSD), António Lima (BE), Paulo Margato (PPM), Hélia Cardoso (CH) e Catarina Cabeceiras (CDS-PP), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi). Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, avançou-se para o pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 10/XIII — “Alteração ao Código do Direito de Autor dos Direitos Conexos”, apresentado pela Representação Parlamentar do CH, cuja justificação coube à Deputada Olivéria Santos (CH). Intervieram os Deputados Marta Matos (PS), Joaquim Machado (PSD), José Pacheco (CH), António Lima (BE), Nuno Barata (IL), Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Paulo Margato (PPM). Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado.

Por fim, o Deputado José Sousa (CH) procedeu à justificação do pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 31/XIII — “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que intervenha junto da SATA Internacional - Açores Airlines SA. (“SATA”) a fim de alterar o local onde se situa a Base Aérea”, apresentado pela Representação Parlamentar do CH, tendo participado no debate os Deputados Nuno Barata (IL), Carlos Silva (PS), Paulo Simões (PSD), António Lima (BE) e Paulo Margato (PPM). Submetido à votação, o pedido de urgência foi rejeitado.

Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de deliberação que declara findo o período legislativo de fevereiro de 2025.

Os trabalhos terminaram às 16 horas e 40 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Eram 10 horas e 4 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Muito bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**
Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**
Cecília Maria Soares **Estácio**
Délia Maria **Melo**
Flávio da Silva **Soares**
Francisco Manuel Raposo **Gaspar**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Resendes **Leal**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Miguel Teixeira **Raposo**
Luís Carlos Quota **Soares**
Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**
Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**
Paulo Duarte **Gomes**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo José da Cunha **Simões**
Rúben Filipe Rebelo **Cabral**
Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa
Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego Silva

Cristina de Fátima Silva Calisto

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

José Miguel de Freitas Toste

Lubélio de Fraga Mendonça

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Mário José Dinis Tomé

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros

Marta Ávila de Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Faim **Margato**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Cumprimento as minhas e nossas amigas.

Pausa.

Esta manhã, como os senhores sabem, está reservada a uma interpelação ao Governo Regional sobre “Incumprimentos do Governo Regional no Setor das Pescas”. É uma interpelação solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Esta matéria é regida, no nosso Regimento, pelos artigos 183.º e 184.º.

Os tempos para esta interpelação são os seguintes: o Governo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dispõe de 25 minutos cada; o Grupo Parlamentar do CHEGA, de 15 minutos; o Grupo Parlamentar do CDS-PP, de 12 minutos; e as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN dispõem de 10 minutos cada.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Gualberto Rita.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS):** Bom dia a todos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Desde o início da governação PSD, CDS-PP e PPM, nos Açores, em 2021, rapidamente se tornou perceptível que o setor das pescas não teria no Governo Regional um parceiro para fazer face aos constrangimentos e aos desafios da fileira da pesca, nem tão pouco uma estratégia de futuro.

Hoje, o setor das pescas nos Açores debate-se com uma situação muito preocupante, que ameaça a sustentabilidade económica e social de toda a fileira. A pesca é uma atividade central nos Açores, que impacta sobre famílias e empresas. Os incumprimentos por parte do Governo Regional têm vindo a adensar as dificuldades, que afetam profundamente pescadores, empresas, associações e toda a economia regional. São o resultado de uma sucessão de falhas na execução de políticas públicas, de promessas não cumpridas e da ausência de medidas eficazes para responder aos desafios que o setor enfrenta.

Permitam-me, Sras. e Srs. Deputados, detalhar os principais problemas que afetam cada etapa da cadeia de valor das pescas nos Açores.

Na produção, o impacto dos incumprimentos do Governo é evidente em várias dimensões. Em primeiro lugar, o atraso no apoio ao seguro relativo a 2023. Repito: 2023. Uma situação que prejudica diretamente os pescadores, que se veem desprotegidos numa atividade marcada por riscos elevados. Os seguros são mais do

que um instrumento de proteção social, são uma garantia para quem sai para o mar diariamente e enfrenta condições imprevisíveis e perigos constantes. Quando esses apoios falham, o Estado falha com as famílias que vivem do mar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, o preço do gasóleo pesca, que desde janeiro de 2021 aumentou 113 %, passando de 43 cêntimos para 92 cêntimos por litro em fevereiro de 2025. Este aumento brutal tem um impacto direto na rentabilidade das embarcações, agravando os custos operacionais e tornando insustentável a atividade para muitos pescadores e armadores. Enquanto a nível nacional já foram contemplados quatro programas de apoio financeiro aos combustíveis, na Região, as empresas da pesca ainda aguardam pelo segundo apoio.

Em terceiro lugar, o não cumprimento da implementação do Plano de Reestruturação do Setor da Pesca. Este plano deveria promover já a cessação definitiva de atividade da pesca para aqueles que desejam abandonar o setor, garantindo-lhes dignidade e alternativas económicas.

Apesar das insistências dos partidos da oposição e das estruturas representativas do setor, bem como do compromisso tardiamente assumido pelo Governo, e com a implementação das Áreas Marinhas Protegidas, a ausência desta medida agrava a precariedade no setor, deixando os pescadores sem opções reais para a reorientação profissional ou para assegurar um rendimento alternativo.

Por outro lado, que as associações do setor, que desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos dos pescadores e garantem as especificidades do setor, sejam ouvidas nas decisões políticas. Preparam-se para se confrontar com o corte de 40 % no apoio do Governo Regional ao funcionamento administrativo, o que pode levar a despedimentos, ao encerramento de algumas associações e ao enfraquecimento da capacidade reivindicativa dos pescadores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Também são exemplos de incumprimento do Governo Regional a falta de

fiscalização e de regulamentação em algumas áreas. Casos como o abandono do Plano de Cogestão para a Captura de Amêijoas na Fajã da Caldeira do Santo Cristo, em São Jorge, são exemplos claros da incapacidade do Governo em proteger os recursos marinhos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Os senhores nunca fizeram nada!

O Orador: Sem a fiscalização adequada, arriscamos não só a sustentabilidade ambiental, mas também a subsistência das comunidades piscatórias que dependem dessas espécies.

Na comercialização, as falhas do Governo continuam a ser sentidas. Ainda existem empresas de comercialização de pescado que aguardam pelo apoio no âmbito da crise da covid-19. Estes atrasos afetam a liquidez das empresas, que, em alguns casos, enfrentam dificuldades em manter a sua atividade.

Mais preocupante ainda, o aumento recente das taxas aeroportuárias veio agravar os custos do escoamento de pescado, dificultando ainda mais a competitividade das nossas empresas no mercado externo. Este aumento das taxas aeroportuárias é mais um exemplo de como o Governo está desconectado da realidade do setor. Em vez de criar condições para facilitar a comercialização do pescado, penaliza quem tenta resistir à adversidade e continua a trabalhar.

Na indústria, os incumprimentos não são menos graves. A indústria conserveira, um dos setores mais relevantes da economia regional, ainda não recebeu os apoios previstos no POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade) para os anos 2021, 2022 e 2023, assim como o pagamento suplementar prometido pelo Presidente José Manuel Bolieiro em 2020. Esta situação coloca em risco dezenas de postos de trabalho num setor que não só emprega muitas pessoas, como também contribui significativamente para as exportações da Região.

Para piorar, as taxas de lota e de serviços aplicados nos entrepostos de congelação e conservação tornam-se um peso adicional para esta indústria, que já enfrenta dificuldades para se manter competitiva.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O cenário que acabo de descrever não é apenas preocupante, é insustentável e, mais grave ainda, reflete a ausência de uma visão estratégica para as pescas nos Açores.

Um Governo que promete e não cumpre está a minar a confiança das comunidades piscatórias. Um Governo que não paga está a prejudicar o desenvolvimento económico.

Um Governo que ignora as necessidades do setor das pescas está, na prática, a virar as costas a milhares de açorianos que dependem do mar para viver.

Pela sucessão de falhas, promessas não cumpridas e ausência de medidas eficazes, o Governo Regional está a conduzir o setor das pescas para uma situação insustentável, comprometendo o presente e o futuro das comunidades piscatórias dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados:

O setor das pescas é um pilar essencial da economia e da identidade açoriana. Não podemos continuar a assistir de forma passiva à degradação de um setor que é vital para o presente e o futuro das nossas ilhas. É preciso devolver esperança às nossas comunidades piscatórias, que merecem respeito e apoio.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está iniciada a interpelação. O nosso Regimento dá a faculdade ao Governo Regional, querendo, de usar da palavra neste momento. Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho um documento escrito.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por opção.

O Orador: Gostaria de fazer, primeiro, um contexto sobre esta discussão, porque estamos a falar de incumprimentos da pesca. E gostava de falar sobre o mar e as pescas. E porquê o mar? Porque não há pescas sem mar. É a primeira nota que quero deixar. Quando falamos de mar, estamos a falar de sustentabilidade, de conhecimento, de monitorização, de gestão do oceano.

Depois, temos os setores. E é preciso chamar a atenção de que o setor de atividade económica da pesca tem a gestão, a ciência, o controle e fiscalização, a exploração, incluindo os serviços de aquacultura, a comercialização, a transformação e os serviços. Por último, o setor do mar e pescas tem uma nova economia emergente, que o Partido Socialista sistematicamente ignora, despreza, não apoia, não suporta e não promove o seu desenvolvimento. É preciso dizer isto, meus senhores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Em segundo lugar, é preciso chamar a atenção de que, em relação ao mar e pescas, o orçamento é o mesmo para tudo isto, meus senhores. E o orçamento que nós temos é um orçamento relativamente limitado, que implica ter coragem para ter medidas prioritárias, definição de prioridades.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Portanto, esta ideia lírica e romântica de que o orçamento para o mar e pescas é tendencialmente gratuito e chega para tudo é falsa, meus senhores.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso ter consciência da definição das prioridades para o desenvolvimento da economia.

Por último, alertar-vos para o seguinte: a Secretaria Regional do Mar e das Pescas do atual Governo tem vindo a desenvolver pesados investimentos na economia azul, investimentos atuais, que vão ter como consequência despesa no futuro. Portanto, a Secretaria, em fevereiro de 2025, está já preocupada com o orçamento de 2026 e com o orçamento de 2028, que os senhores todos deviam estar preocupados. No tempo certo, veremos, nesta discussão, o porquê da importância de 2026 e de 2028. Sra. Deputada, ouça com atenção.

Portanto, feita esta recomendação — porque eu sou um funcionário do contribuinte que está lá em casa —, a pergunta que se faz é: qual é a prioridade? Que prioridades é que nós definimos? É isso que o contribuinte, o meu patrão, exige que eu faça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Ele discorda de si!

O Orador: O que está o Governo a fazer?

Deputado Gualberto Rita (PS): Nada!

O Orador: Muito bem, Sr. Deputado. Eu vou-lhe responder: está a definir a traves-mestras de médio e longo prazo.

Deputado Carlos Silva (PS): Então, porque é que o senhor prometeu?

O Orador: O que o Sr. Deputado Gualberto Rita trouxe hoje é o presente, é o curto prazo. Ninguém está preocupado com o médio e o longo prazo. Não há pescas sem médio prazo. Isto é a diferença, meus senhores!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Portanto, quando falamos em ordenamento do espaço marítimo, em áreas marinhas protegidas, quando falamos em governação e atividade política na governação, as relações com a República e com a União Europeia, meus senhores, estamos a traçar o

futuro da economia do mar na Região Autónoma dos Açores.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Para lhe responder, e fico-me por aqui, o senhor tem um documento produzido em janeiro de 2024. Nenhum dos senhores conhece isto, mas todo o setor conhece-o. Esta é a diferença.

Deputado António Lima (BE): E porque é que não conhecemos?

Deputado Nuno Barata (IL): É a centralidade do Parlamento!

O Orador: A reestruturação do setor está a ser feita. A visão está definida. Os objetivos estratégicos estão definidos. As medidas estratégicas estão definidas. Agora, vamos trabalhar com o setor para definir o plano de ação. É uma maneira diferente de trabalhar, participativa, que é aquilo que os senhores nunca fizeram!

Obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Primeiro é o peixe graúdo!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois, a gente sabe que o problema é o peixe graúdo!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos, do Grupo Parlamentar do CHEGA. Faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

O CHEGA Açores tem vindo a expressar constantemente diversas preocupações relacionadas com o setor das pescas na Região.

Já aqui o dissemos várias vezes, hoje vou voltar a repetir: os pescadores sentem-se abandonados e desesperados por melhores condições de trabalho e mais e melhores soluções para este setor.

A pesca sempre foi um dos pilares da economia local, a fonte de sustento e a identidade de milhares de famílias açorianas. Mas, de há uns tempos para cá, o setor das pescas, nos Açores, parece ter sido deixado à deriva, tal como um barco sem rumo.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

A Oradora: O que aconteceu? Como é possível que um setor tão vital para a Região esteja a desaparecer aos poucos? O CHEGA sabe a resposta: querem acabar com a pesca e com os pescadores nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Eh pá!

A Oradora: Se não querem, as vossas ações revelam o contrário.

Cada vez mais se assiste à introdução de quotas de pesca, cada vez mais restritivas, e ao endurecimento das normas ambientais. Os pescadores gritam por ajuda, porque se sentem desprotegidos, marginalizados e abandonados.

Estamos a cair no extremismo do excesso de zelo, porque, para se proteger os recursos, está-se a colocar em causa e a ameaçar a sobrevivência da pesca artesanal. Acho que já é uma realidade, e todos o sabem, muitas empresas já têm ido à falência, junto com as suas famílias, e a frota tem vindo a ser diminuída.

Os possíveis jovens que queiram ingressar neste mundo já nem têm motivação e receiam pelo futuro, pois não há qualquer garantia de que o setor das pescas é uma prioridade para este Governo. Todas estas restrições, a par do risco que é ser-se pescador e das próprias dificuldades financeiras, tornam esta profissão menos apelativa para as gerações mais novas.

A juventude, alguma, prefere ir à procura de empregos no turismo ou até emigrar em

vez de assumir o risco e os sacrifícios que a pesca exige. Aos que não procuram outros empregos, aos que não emigram, bem sabemos o que lhes acontece: vão para casa viver dos subsídios do Governo. É isso que queremos, acabar com a pesca e mandar os pescadores e às suas famílias para o RSI (Rendimento Social de Inserção)? É isso que queremos, Sr. Secretário?

Temos problemas nas frotas, algumas estão velhas, outras precisam ser adaptadas às novas realidades tecnológicas. As gruas nos portos são um problema constante. Muitos portos de pesca na Região precisam de investimentos, por exemplo, em casas de aprestos, sinalização, iluminação, água. Só para dar alguns exemplos.

Assistimos a uma gritante falta de valorização do setor das pescas na Região. E as consequências disso são devastadoras para os nossos pescadores, para as suas famílias, para o arquipélago dos Açores, já que o impacto na economia local é incalculável.

O abandono das pescas compromete, assim, o próprio futuro da Região Autónoma dos Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

A Oradora: A pesca, nos Açores, precisa de mais apoio, de mais formação, de mais inovação, essencialmente de mais respeito pelos profissionais.

Que se proteja o ambiente? Sem dúvida alguma, claro que sim, mas que se concilie as preocupações ambientais com a realidade das comunidades piscatórias. É preciso encontrar um equilíbrio que permita aos pescadores continuar a sua atividade sem comprometer a biodiversidade oceânica.

As pescas necessitam voltar à agenda governamental e devem ser tratadas como uma prioridade se não se quiser efetivamente acabar com este setor nos Açores.

Algumas dúvidas, Sr. Secretário: foi revista a lei das restrições de pesca do atum antes de sair a portaria, uma vez que prejudicava claramente alguns segmentos de frota

açorianos?

Neste momento, há embarcações com 9 metros e dois tripulantes a apanhar as mesmas 3 toneladas que um barco de 25 metros e com 15 homens. Faz sentido?

Deputado José Pacheco (CH): Não.

A Oradora: Que medidas estão previstas para mitigar e compensar os pescadores da pesca de atum devido ao fecho precoce da quota, que se vem repetindo ano após ano? Por que motivo há embarcações de pesca de atum proibidas de apanhar a espécie Rabilho, e todos os outros podem capturar — barcos de boca aberta, embarcações costeiras — até um máximo de cinco por semana? As embarcações de atum não o podem fazer, porquê?

O que está previsto quanto à pesca do atum nas áreas de reserva? Estamos a falar de uma pesca de superfície e que não interfere com o fundo. Para além disso, todos sabemos, o atum é sazonal e migratório. Se nós não o apanharmos, alguém o vai apanhar, não somos nós.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade!

A Oradora: Para quando um investimento a sério na formação dos pescadores? Na maioria das embarcações, faltam competências, mas andam com uma licença no mar. Não se compreende também.

Para quando uma solução eficaz quanto ao gasóleo pescas? Quando vão ser pagos os apoios prometidos?

São tantas as perguntas, Sr. Secretário, mas, para já, vou ficar por aqui.

Há pouco, dizia que “não há pescas sem mar”, mas também lhe vou dizer uma coisa, Sr. Secretário: também não haverá pescadores se lhes retirarem esse mar.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Olivéria Santos.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Jaime Vieira, do Grupo Parlamentar do PSD.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero, de certa forma, ressaltar a importância de se discutir, mais uma vez, pescas neste Parlamento, porque, não tenho dúvidas nenhuma, só nesta Casa poderá dizer-se a verdade e só nesta Casa poderá esclarecer-se os problemas que a pesca enfrenta.

Sim, é verdade que há coisas que estão menos bem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Mal!

O Orador: Isso acontece em qualquer setor. Mas também é verdade que há muita coisa que está muito melhor do que no passado, com a liderança do Partido Socialista. Sim, esta é uma verdade e uma constatação.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem chega a esses debates já tem uma certeza: para o Partido Socialista, existem pescas antes de 2021 e pescas depois de 2021. Antes de 2021, para o Partido Socialista, eram as pescas num mar de rosas, onde os problemas existiam, mas daquele lado não os enfrentavam, onde apontavam, mas não resolviam; atualmente, nós enfrentamos, damos a cara e trabalhamos arduamente para resolver os problemas dos pescadores. Esta é a grande diferença que acontece com este Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Fala-se muito do plano de reestruturação do setor. Pergunto, meus senhores: em 24 anos de governação, o que foi feito? Digam-me uma medida

apresentada que desse certo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó Sr. Deputado, menos!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é a alienação total!

O Orador: Espero que, durante este debate, me digam isso.

Mas, hoje, aqui, o Sr. Secretário, esta tutela, já demonstrou que este plano está a ser feito. Mas não está a ser feito com pensos rápidos, como os senhores faziam no passado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Não é com pensos rápidos: havia uma medida, vamos atacar. Está-se a fazer de forma estrutural, ouvindo o setor, porque governa-se para os pescadores, governa-se para a transformação e governa-se para a produção. Esta é a grande diferença deste Governo Regional!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Mas mais. Desde que entrou este Governo, está tudo mal, as coisas pioraram. É verdade, para o Partido Socialista, as coisas pioraram.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É verdade!

O Orador: Mas, agora, faço a pergunta: quantas medidas foram apresentadas pelo Partido Socialista...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muitas!

O Orador: ... no Plano e Orçamento, das 11 medidas que apresentaram? Para as pescas, zero!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Isso demonstra o quê? Que, afinal, este Governo está a trabalhar bem no setor das pescas!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Diria mais. Nós reconhecemos, e eu não estou aqui para dizer que no setor das pescas está tudo bem, não está. Sei que não está. Não estamos aqui a dizer que os pescadores estão claramente melhores do que no passado ou que já não existem problemas para os pescadores açorianos. Não, eles continuam a existir, mas são problemas estruturais, são problemas que levam tempo. E é esse tempo que é preciso para corrigir aquilo que não foi feito no passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos de entender exatamente isto. Não queremos criar as tais medidas *ad hoc*. Não, precisamos de tempo, de ouvir o setor, de saber onde é que queremos ir e o que queremos das pescas no futuro. É isso que este Governo tem vindo a fazer, a pensar no futuro, mas sem nunca esquecer o presente. Sim, há coisas que têm de ser corrigidas. Sim, vamos todos trabalhar para essas situações serem corrigidas o mais rapidamente possível.

Diria que, no passado, também aqui nesta Casa, quando, por exemplo, outro grupo parlamentar da oposição solicitava aos Governos do Partido Socialista que “dessem” dinheiro para as pescas, do outro lado da bancada respondiam que o PSD ou o que o CDS-PP ou que outro partido qualquer queriam atirar dinheiro para cima dos problemas. O que se está a fazer é exatamente isso, aquilo que não servia para nós, hoje em dia serve para o Partido Socialista, quer este Governo atire dinheiro para resolver os problemas, em vez de apresentarem soluções conjuntamente com o Governo para resolver esses mesmos problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Os senhores têm é de pagar o que devem!

O Orador: Diria, meus senhores, que o que nós precisamos, acima de tudo, é de uma estratégia certa, correta e com futuro, para que, nas pescas, continue a haver futuro.

Para terminar esta minha primeira intervenção, diria que há certos atrasos de pagamentos. Sim, reconhecemos. Mas também é preciso não esquecer que tem muito a ver também com a alteração dos quadros comunitários, que é tudo uma novidade. O 2030 é uma novidade para a Comunidade Europeia, é uma novidade para nós. Estamos todos a aprender. E essas coisas levam tempo. Mas também, como já foi dito, esses pequenos atrasos que existem vão ser resolvidos o mais rapidamente possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sim, é preciso não esquecer também a questão do gasóleo, que tanto se fala. O gasóleo pesca, nos Açores, custa ao pescador açoriano 91 cêntimos. O gasóleo pesca nacional, por exemplo, custa 1,25 euros. São menos 34 cêntimos que os pecadores açorianos pagam para obter o seu gasóleo.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma interpelação sobre um setor em particular, que é o setor das pescas e, segundo o proponente, uma interpelação sobre os incumprimentos no setor das pescas. Fiquei um pouco surpreendido com a intervenção inicial do Sr. Secretário Regional, que, perante uma interpelação sobre um setor que tutela, tenta alargar o âmbito da

intervenção a toda a economia do mar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tem nada a ver!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ó senhor, mas o mar faz parte das pescas!

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): O senhor precisa de formação!

O Orador: Como é óbvio, estas matérias estão relacionadas. Mas o que diríamos se, numa interpelação sobre a agricultura ou sobre outra área qualquer, não se debatesse a agricultura e se debatesse todo o território, o seu ordenamento e a proteção ambiental? Não é isso que acontece, Sr. Secretário. É bom que nos foquemos naquele que é o âmbito deste debate.

E sobre as pescas, o Sr. Secretário Regional vem, também na sua intervenção inicial, fazer uma coisa que o Governo parece que está bastante perito esta semana, que é chegar ao debate, apresentar documentos e acusar o Parlamento de não os conhecer.

Deputado José Ávila (PS): Aí é que está! Essa foi infeliz, Sr. Secretário!

O Orador: É uma coisa extraordinária. Toda a gente conhece este documento (aponta o Sr. Secretário), encadernado com uma bonita capa azul. E diz que os deputados não o conhecem. Mas não o conhecem, porquê? Porque o senhor não o enviou ao Parlamento. O senhor não teve a seriedade de enviar esse documento, que diz que está a trabalhar junto do setor, ao Parlamento. Assim, este debate seria um debate justo, em que temos a mesma informação. O Governo oculta documentos ao Parlamento e, depois, aponta para eles e acusa o Parlamento de ignorar o trabalho do Governo. Sejamos sérios, Sr. Secretário. Isso não é certo, não é justo, não é correto.

Mas falemos de pesca e do âmbito deste debate. A pesca é uma área onde trabalham milhares de açorianos e açorianas, de que dependem muitas famílias. Como é óbvio, havendo um debate sobre pesca, merece que se debata a pesca, o setor e o que está relacionado com ele.

Esta interpelação, intitulada “Incumprimentos no Setor das Pescas”, aborda um conjunto de áreas onde há efetivamente situações que deixam o setor com enorme preocupação e perante um sufoco.

É preciso olhar para a história. E a história não é apenas aquela de há 20 anos, é também a história deste Governo e desta maioria, porque já tem história. A 15 de março de 2023, o então Secretário Regional das Pescas, o Dr. Manuel São João, afirmava que, até final do ano de 2023, ou seja, há praticamente 2 anos, pagaria o POSEI referente a 2021 e a 2022 na totalidade até ao final daquele ano. No mês de janeiro deste ano, vem o atual Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas dizer que, até final de março de 2025, pagaria o POSEI referente a 2021, 2022 e 2023. Sr. Secretário, se isto não é um incumprimento, eu não sei o que é. É que, se em 2023, já se prometia pagar o que estava atrasado até final do ano, agora, em 2025, continua-se a prometer pagar exatamente a mesma coisa. E a pergunta é: até quando é que o Governo vai continuar a prometer pagar aquilo que não pagou? Quando é que paga? Esta é que é a questão que tem de ser respondida. Gerir as expectativas desta forma deixa o setor, como é óbvio, não só sufocado por falta dos apoios que são devidos e que estão inscritos na legislação, mas também gera uma total quebra de confiança.

E também deixe-me dizer uma coisa: o que seria se o Governo não cumprisse com outros setores desta forma? Com todo o respeito por todos os setores, se o Governo não cumprisse com outros setores desta forma, já não havia Governo, este Governo já não existia, já tinha caído. Isso demonstra bem a falta de respeito e de consideração que há pelo setor das pescas por este Governo. Não só por este Governo, já houve outros que também não tiveram o respeito devido. Mas isto ultrapassa todos os limites.

Sr. Secretário, algumas perguntas, porque a figura de interpelação não é apenas debate: gostaria de perceber, tendo em conta a assinatura de um novo protocolo entre a Fundação Oceano Azul e o Instituto Waitt, para o Programa Blue Azores, foi anunciado...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O que tem a ver com as pescas?

O Orador: Deixe-me acabar e já vai perceber que tem a ver com as pescas.

Foi anunciado um financiamento de 10 milhões de euros para a Rede de Áreas Marinhas Protegidas. Eu gostaria de perceber quanto, desses 10 milhões de euros, se

destina à reestruturação do setor das pescas, se é que se destina. Afinal, tem a ver com pescas.

No que diz respeito às condições de trabalho e de remuneração no setor das pescas, Sr. Secretário, gostaria de saber, neste momento, se tem informação para nos facultar de quantos trabalhadores das pescas não têm contrato individual de trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe, pergunte ali atrás!

O Orador: E, já agora, uma última pergunta: tendo em conta a ativação do FUNDOPESCA (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores), a 22 de janeiro último, foi transferida, a 12 de fevereiro, ou seja, esta semana, uma verba de 165 mil euros para o FUNDOPESCA. E gostaria de perceber, Sr. Secretário, se as verbas já chegaram a todos os pescadores que apresentaram candidaturas a esta ativação do FUNDOPESCA.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate que, hoje, aqui, nos trouxe o Partido Socialista permite fazer uma análise aturada daquilo que tem sido o setor das pescas, nos últimos anos, na Região Autónoma dos Açores, sobretudo olharmos para lá, inclusivamente, de 2030.

O setor das pescas, desde os anos 90 do século passado, foi sempre um setor considerado marginal da economia açoriana, chegou a representar apenas 4 % do PIB. Já foi menos, cresceu e voltou a ser menos, mas é um setor que, sem dúvida, tem uma carga de responsabilidade social enorme em algumas comunidades das nossas ilhas, como todos sabemos, além de que tem a responsabilidade de autossustentabilidade em alguma pesca que é feita para autoconsumo e que resolve problemas de carência a muitas comunidades da nossa Região. Talvez até um pouco por isso, foi um setor sempre muito dependente da subsídio quer do Governo Regional dos Açores quer

das entidades europeias. Não é por acaso que temos um POSEI Pescas. Não é por acaso que temos um POSEI para as conservas. Não é por acaso que, durante anos, recorreremos a indemnizações compensatórias, a ajudas à *warrantagem*, a uma série de apoios que se acumulam e que existem para tornar o setor sustentável do ponto de vista económico, se é que se pode chamar sustentável a um setor que vive da subsidiação.

E é este o grande problema e o grande desafio que os Açores têm no futuro nas pescas, não tenhamos dúvidas. 2031 será, certamente, um ano de grande viragem, daí a responsabilidade que o Sr. Secretário tem já na preparação do próximo quadro comunitário de apoio, porque este já está resolvido, está em execução.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Exatamente!

O Orador: O problema não é este, o problema é o que vem a seguir e o que é que o ano 2031 vai permitir aos Açores fazerem.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Aí não interessa porque já não haverá pesca!

O Orador: E eu temo — e não foi por causa do aparte da Sra. Deputada Andreia Cardoso — que, em 2031, não tenhamos já setor das pescas para acudir.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois, é assim.

O Orador: Mas não é com parangonas, não é exigindo mais subsídios, não é dizendo que está tudo mal, não é dizendo que também se está fazendo tudo bem feito, que vamos resolver esse assunto. Temos de olhar para isso com muita atenção e sentido de responsabilidade.

O setor sempre foi frágil, não é novidade nenhuma. Eu sou do tempo — é uma das poucas vantagens de caminhar para sexagenário — em que a frota dos Açores faliu. A frota de pesca do atum faliu toda, fechou a porta. Foi preciso um plano regional para construir embarcações novas, para criar novas empresas, altamente subsidiadas, foram embarcações quase oferecidas, onde até os seguros e as pinturas anuais eram pagas pelo Governo Regional dos Açores. Foi considerada uma estratégia importante na altura pelo governo liderado pelo Dr. Mota Amaral, com um grande Secretário Regional das Pescas, que foi o Dr. Adolfo Lima.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não me custa nada fazer este elogio, bem pelo contrário. Definiu uma estratégia para a reconstrução da frota dos Açores, porque era preciso abastecer a indústria conserveira de matéria-prima, coisa que hoje já não é preciso porque quase 90 % da matéria-prima é importada.

Mas o que vai acontecer num futuro muito próximo é que, até para nas nossas casas podermos comer algum pescado, vamos ter de o importar. Aliás, já na época passada se assistiu à importação de chicharro, que é uma coisa que nunca pensei que viesse a acontecer, para ser vendido no mercado regional. E porquê? Porque o setor não consegue acudir às necessidades do mercado nem às necessidades do nosso autoconsumo.

De facto, a grande preocupação aqui é olharmos para este setor como um setor dependente da subsidiação e para o que vai acontecer ao setor em 2031. Gostava que a Câmara fizesse essa reflexão, no sentido de percebermos o que é que estamos aqui a fazer. Estamos a tornar a economia açoriana, dia após dia, numa espécie de RSI para as empresas. Estamos constantemente a procurar uma forma de aguentar setores da economia que não podem continuar a ser aguentados pelo Orçamento da Região, porque o Orçamento da Região não consegue comportar isso.

Mesmo com o crescimento do PIB, mesmo com o crescimento da receita fiscal, mesmo com todas aquelas coisas que muitas vezes ouvimos o Sr. Secretário das Finanças dizer, de que há crescimento há 400 ou 500 dias, não é possível aguentar esse nível de subsidiação que a Região tem, não é possível aguentar a despesa corrente que a Região tem. Portanto, temos de tomar decisões drásticas nalguns setores. Não me cabe tomar essas decisões estratégicas. Cabe-me fiscalizar a execução das opções estratégicas que o Governo traz e que o Parlamento aprova. Cabe-me aprovar ou não algumas delas. Mas também cabe o sentido de responsabilidade de chamar a atenção da Câmara e do Governo para a necessidade de olharmos para este setor e para outros setores com esta clareza e com esta coragem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo CDS-PP, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Neste momento, o Presidente da Assembleia foi substituído pelo Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta manhã, traz-nos, aqui, o Partido Socialista uma interpelação sobre pesca. Acho que é sempre salutar e importante discutirmos este tão importante setor da nossa Região, setor este importante, quer por uma questão económica, quer também pela questão social, numa realidade — acho que também é preciso dizê-lo — diferente nas diversas ilhas, porque existe uma realidade particular nas ilhas de São Miguel e Terceira e outra realidade da atividade da pesca nas outras ilhas. Cada uma delas enfrenta alguns desafios comuns, mas também outros diferentes.

Sem dúvida, os desafios para o setor da pesca são muitos, é certo, mas não posso concordar com aquilo que já foi dito no sentido de que o Governo Regional não tem dado atenção a este setor, tão essencial para a nossa economia, de que não tem sido esse o trabalho feito por parte do Governo Regional. A verdade é que também se tem feito importantes avanços em algumas matérias, certamente, com tanto que ainda falta fazer.

Parece-nos que é importante, nesta fase do debate, dizer que o Governo Regional procedeu, por exemplo, à revisão do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca majorando em 5 %. O Governo Regional também procedeu à revisão da compensação unitária por tonelada no âmbito do Mar 2030. Ou ainda, na gestão dos recursos, implementou, em parceria com a Madeira, o Plano de Gestão de Capturas do Atum-Patudo para 2025, uma forma de tentar valorizar o pescado, mas também de

aumentar o período temporal e os recursos disponíveis na altura da captura. Portanto, é preciso também dizer todo este trabalho, e mais havia a dizer, que o Governo Regional tem feito, exatamente por considerar este setor fundamental para a nossa Região, reconhecendo, e o Sr. Secretário sempre o disse desde a primeira hora, os muitos desafios que o setor enfrenta.

Relativamente ao POSEI, já se falou aqui também deste plano de compensação. Quando falamos no POSEI, muitas vezes, a tendência é colocar tudo no mesmo saco, mas estamos a falar do POSEI para os armadores, do POSEI para os comerciantes e do POSEI para os operadores de transformação.

Em relação à indústria conserveira, o Sr. Secretário já assumiu que estão para pagamento, em fevereiro de 2025, os apoios de 2021 e de 2023, que seria para março porque tinham surgido constrangimentos administrativos, mas que neste *timing* a situação estaria ultrapassada.

E a primeira questão que lhe queria colocar é se efetivamente esta calendarização que anunciada pelo Sr. Secretário se mantém. Relativamente ao POSEI, quer da parte dos comerciantes, quer da parte dos armadores, dar-nos aqui um ponto de situação.

E falando ainda do setor conserveiro e da importância que a indústria conserveira tem na nossa Região, em particular na ilha de São Jorge, também por uma questão social e de postos de emprego, mas igualmente em outras ilhas, como na ilha do Pico e na ilha de São Miguel.

Sabemos que existem especificidades desta atividade, que é um setor, um mercado muito competitivo. Acho que todos reconhecemos isso, existem especificidades desta atividade transformadora na nossa Região, nomeadamente pelos sobrecustos que esta atividade acarreta, desde logo pelo transporte, quer dos materiais para fazer as conservas, quer das matérias-primas, como o azeite, por aí fora...

Na nossa análise e a preparar-nos para este debate, parece-nos que existiu, e acho que também é preciso reconhecê-lo, por parte do Governo Regional, a atenção à compensação unitária no plano de compensação, uma vez que existe uma divergência

de valores e existiu um aumento desde o programa Mar 2020 para o Mar 2030. Também queria perguntar ao Sr. Secretário se, efetivamente, ao analisar a legislação, o que se pode perceber é que houve este cuidado, por parte do Governo Regional, de garantir este aumento no Mar 2030, para fazer face também a estes sobrecustos que existem na indústria conserveira na nossa Região. Existiu, parece-me, este esforço do Governo Regional para aumentar esta compensação.

Também queria, ao longo deste debate, transmitir que este apoio, esta compensação unitária é por tonelada de pescado. Existiu este aumento. Outra coisa é o apoio suplementar. Efetivamente, no passado, existiu esse apoio extraordinário, que, se bem me recordo, era de 45 euros para o pescado apanhado na Região e de 90 euros para o pescado vindo de fora. Depois, por disponibilidade financeira, conseguiu-se chegar aos 90 euros. A verdade é que existiu este apoio extraordinário no passado. Entretanto, a indústria reclama novamente este apoio suplementar. E o Governo Regional já afirmou que, neste momento, não tem dotação orçamental para acudir a este suplemento. É este o ponto de situação. É isto que também nos leva a estarmos, hoje, aqui, neste debate proposto pelo Partido Socialista.

Aparte impercetível.

Uma das matérias, Sra. Deputada, foi isso que disse.

Entretanto, olhando para esta perspetiva e reconhecendo a importância que o setor conserveiro tem na nossa Região e, como disse, em particular na ilha de São Jorge, queria perguntar-lhe, Sr. Secretário, sobre o esforço do Governo Regional junto das instâncias europeias também, para tentar fazer ver o sobrecusto que existe nesta nossa região ultraperiférica, para que possamos ter uma indústria conserveira que seja competitiva junto dos restantes mercados. Parece-me que é necessário incidir neste trabalho junto da Europa, por forma a poderem perceber os sobrecustos a que esta indústria está sujeita na nossa Região.

Depois, também, Sr. Secretário, continuando o que já foi transmitido, falando de outra matéria que já foi abordada, o FUNDOPESCA, que foi ativado a 22 de janeiro de 2025, dizer que efetivamente foi ativado em 2025, mas, entretanto, daquilo que foi transmitido publicamente, estaria a faltar informação da Segurança Social para se poder proceder a este pagamento. A questão que queria colocar é: o Governo Regional tem a possibilidade de proceder ao pagamento do FUNDOPESCA sem reunir toda a documentação necessária para efetuar esse pagamento?

Só para terminar esta minha primeira intervenção, uma vez que se falou da cogestão da amêijoa, a verdade é que esta é uma matéria que todos temos de reconhecer que é difícil, importante, é verdade, e urgente, mas urgente hoje como era urgente há 5 anos ou 6 anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Talvez mais hoje!

A Oradora: Muitas vezes, sabemos todos, e quem é de São Jorge sabe se calhar de uma forma mais particular, da dificuldade que é de controlar a apanha deste nosso recurso.

Parece-me que o Governo Regional, e bem, criou este grupo de cogestão, por forma a ser um processo participativo, envolvendo todos os interessados, para que possamos fazer uma gestão integrada da exploração daquele recurso. Este passo foi dado por este Governo Regional, reconhecendo a importância e a emergência de tentarmos controlar e fazer a gestão deste nosso recurso. Por isso, acho que, se fosse fácil, certamente já estaria feito pelo governo que esteve tantos anos no poder.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Gualberto Rita.

(*) **Deputado Gualberto Rita** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em primeiro lugar, já deu para perceber, na sua intervenção, que o que vai pretender neste debate é fugir às perguntas que foram colocadas, que são muito pertinentes, obviamente, para aquilo que está a acontecer atualmente no setor das pescas.

Sr. Secretário, há uma questão que eu gostaria de relembrar, porque o senhor fala aqui que o Partido Socialista não tinha visão de futuro: o Sr. Secretário, de certeza, bem se lembra quem é que assinou o acordo das Áreas Marinhas Protegidas. Com certeza, não foi este Governo. Portanto, não fica bem dizer que o Partido Socialista não tem visão de futuro.

Por outro lado, Sr. Secretário, queria continuar com uma pergunta que já foi feita e que merece aqui o esclarecimento dos senhores. Portanto, é notícia de que os Açores vão receber 10 milhões de euros para gerir as Áreas Marinhas Protegidas. Há aqui uma certa confusão, e nós queríamos esclarecimento da sua parte. Em primeiro lugar, os 10 milhões de euros vinham do Fundo Ambiental. Agora, há 10 milhões de euros das fundações. Portanto, tudo leva a crer que já não vamos ter 10 milhões, vamos ter 20 milhões de euros. Era preciso que o senhor explicasse, nesta Casa, quando é que este dinheiro vem.

Relativamente à questão da reestruturação do setor, Sr. Deputado Jaime Vieira e Sr. Secretário, o Partido Socialista preocupa-se, sim, com o presente, tanto é que apresentou o plano reestruturação, para iniciar já em 2025, o qual foi rejeitado pelos senhores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: E ainda relativamente ao presente, Sr. Secretário, há uma coisa que nós todos já percebemos, e julgo que não é o mais indicado, provavelmente é a nossa preocupação com o presente: a sua trave-mestra vai ser falir o presente para não haver pescadores no futuro. E isso nós não vamos admitir! O senhor tem a obrigação e o dever de pagar a quem deve!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Aliás, Sr. Secretário, deixe-me dizer que o senhor até esteve muito bem ao assumir que, afinal, este Governo não tem dinheiro para pagar o que prometeu à indústria. O senhor esteve muito bem. E esteve mal, porque devia ter aproveitado a oportunidade para dizer que o Governo não só não tem dinheiro para pagar à indústria, como não tem dinheiro para pagar aos pescadores, aos armadores, aos comerciantes, o POSEI, os abates, os combustíveis e o FUNDOPESCA. É isso que o senhor devia ter aproveitado a oportunidade para dizer!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato. Faça favor.

(*) Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O setor das pescas, sem dúvida, é um dos setores fundamentais da nossa economia e tem uma expressão viva na identidade do nosso povo insular.

Reconhecemos a importância dos nossos pescadores, das indústrias conserveiras e de todas as entidades do setor, que, ao longo de gerações, têm contribuído para o desenvolvimento económico e social da nossa Região.

O Governo Regional da coligação tem conduzido uma gestão responsável e

estruturante do setor das pescas.

Deputado Carlos Silva (PS): Já se percebeu onde é que o senhor quer chegar.

Deputado José Ávila (PS): Também era bom saber se vai haver uma exceção para as lapas.

O Orador: O compromisso é claro: garantir a sustentabilidade do setor e, simultaneamente, otimizar a utilização de recursos públicos.

Ao contrário do que tem sido afirmado por algumas forças políticas, não gostamos de desvalorizar os pescadores nem ignorar a necessidade deste setor. Pelo contrário, estamos a conduzir um processo de reestruturação em conjunto com as associações, garantindo que os apoios sejam atribuídos de forma justa, ponderada e responsável, evitando um modelo de distribuição de subsídios de forma indiscriminada e sem critérios rigorosos, que é um hábito do passado e que não vai ser no presente.

Reforçámos o nosso compromisso com a sustentabilidade económica e ambiental das pescas e com os pescadores, mas sem descurar a eficiência e a transparência na gestão dos fundos públicos.

O Governo da coligação tem assumido a atribuição de apoios caso a caso, de modo a garantir os postos de trabalho de todos aqueles que dependem direta ou indiretamente das pescas.

O nosso plano é claro: proteção de recursos e do ambiente marinho; reestruturação e modernização do setor; formação e valorização dos profissionais; reforço da segurança e bem-estar no trabalho; promoção da inovação e da competitividade; valorização do produto e expansão dos mercados.

Sr. Secretário, deixo aqui somente uma pergunta: qual tem sido o envolvimento das associações? Qual tem sido o envolvimento, se o há, da Federação das Pescas em todo o seu processo governativo?

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me, nessa primeira intervenção, também desejar um feliz Dia das Amigas a todas as mulheres da Região Autónoma dos Açores.

Começar por referir que acho que a intervenção do Sr. Deputado Gualberto Rita, naquela tribuna, muito sinceramente, e vou explicar porquê, foi uma intervenção que os pescadores não mereciam. Não mereciam, porque não podemos, constantemente (não nós, mas algumas pessoas, alguns partidos, alguns políticos), estar a querer passar a ideia de que os pescadores são o parente pobres dos Açores.

Deputada Olivéria Santos (CH): E são!

Deputado José Sousa (CH): São!

O Orador: Não são, não, senhor. Só para quem não conhece a realidade.

Ruído na Câmara.

Sr. Presidente, eu ouvi, no máximo silêncio, todas as intervenções. Peço que também respeitem a minha intervenção.

Portanto, vou recomeçar. Os pescadores dos Açores não mereciam esta intervenção que foi feita pelo deputado do Partido Socialista relativamente ao setor das pescas.

Apesar de, como disse a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, vivermos num arquipélago com nove ilhas, todas elas têm diferentes realidades no que diz respeito às pescas. Isto é um facto que tem de ser realçado.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Só quem não percebe a essência dos Açores é que diz aquilo.

O Orador: Há ilhas em que os pescadores têm um segundo emprego. A Terceira é diferente de São Miguel. Mesmo dentro de algumas ilhas, a pesca é diferente de porto para porto.

Permitam-me fazer uma referência aos pescadores da ilha Terceira, que são diferentes de São Miguel, mas tenho de falar da realidade que me é mais próxima: eu vejo nos pescadores de São Mateus, por exemplo, pessoas corajosas, que vão para o mar, que têm uma vida difícil, mas que em terra são poupados, organizam bem as suas vidas, têm a sua casa, tem o seu carro, trabalham, não têm rendimento mínimo, como muitos costumam dizer. Portanto, são pessoas organizadas e que sabem gerir o seu dinheiro.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: O dinheiro do pescador não pode ser contabilizado ao dia, à semana ou ao mês, tem de ser contabilizado ao ano, porque há semanas em que eles ganham muito dinheiro e, depois, há semanas em que não ganham nenhum. Tem de ser bem gerido. Portanto, o que o senhor veio trazer aqui, daquela tribuna, foi uma situação catastrófica do setor das pescas, com a qual eu e o meu grupo parlamentar não podemos concordar.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E vou explicar porquê. Vamos, então, fazer uma análise da sua intervenção.

Deputado José Ávila (PS): Vamos a isso!

O Orador: O atraso nos seguros é um facto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, afinal é verdade!

O Orador: Há um atraso nos seguros. Já foi identificado pelo Sr. Secretário. No entanto, nem que fosse 1 euro, se é devido, tem de ser pago. Agora, parece que estamos

a falar aqui de uma fortuna. Se calhar, é melhor o Sr. Deputado esclarecer os seus colegas de qual é o valor que cada pescador tem a receber do seguro, que é legítimo e tem de ser pago.

Deputado Gualberto Rita (PS): Nem que fosse 1 euro!

O Orador: Tome atenção ao que estou a dizer. Acabei de dizer isso. É esse tipo de populismo que não necessitamos nas pescas. Acabei de dizer, antes de falar.

Depois, o gasóleo pescas, nos Açores, custa 92 cêntimos por litro. Mas esqueceu-se de dizer que, no continente, custa 1,25 euros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eles vão abastecer o barco lá!

O Orador: É mais de 30 cêntimos de diferença.

Relativamente à não implementação da RAMPA (Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores), foi o Partido Socialista que falhou diversas tentativas de planos de reestruturação do setor das pescas, em 2014, 2015 e 2018. Não vou especificar cada um. Se for caso disso, farei numa próxima intervenção. Mas é verdade, o Partido Socialista teve três tentativas e nunca o conseguiu. Agora, finalmente, temos um Governo Regional que já avançou verdadeiramente para um plano de reestruturação, com o qual até o Partido Socialista concorda, votou a favor e é de acordo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, o PS até propôs!

O Orador: Só que dá jeito, fora deste Parlamento, criticar o Governo, para ficar bem visto junto dos pescadores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E há relativamente pouco tempo, o argumento era: não se sabia o valor. Pois, esta semana, já foi por demais evidente através das notícias qual é o valor que será afeto a essa mesma reestruturação, que também será uma forma de compensar aqueles pescadores que saírem prejudicados. Sim, não são todos. Mais uma vez, temos de ser

sérios...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: ... e dizer que nem todos vão ser prejudicados, há muitos que não serão afetados com a proteção das áreas marinhas.

Depois, falou do corte de 40 % relativamente às associações, mas esqueceu-se de dizer que isto foi uma conversa no contexto de uma reunião.

Deputado José Ávila (PS): Ah, então não vale nada!

O Orador: Mas não disse o resto das coisas que foram faladas nessa reunião. E quer que lhe diga mais? E nisso também temos de voltar a ser sinceros. Uma associação que representa 86 embarcações não pode receber nem pode ser prejudicada por causa de uma associação que representa dois ou três barcos. Isto é o que acontece atualmente. Portanto, há que rever esta situação. Nós temos de ser sérios com os pescadores. Uma associação que representa três ou quatro barcos nem sequer devia receber apoio. Vamos ser sérios nessa matéria.

Falou no aumento das taxas aeroportuárias, mas não desenvolveu. O que houve foi um aumento 1,5 euros relativamente ao raio-X, mas isso é em todas as cargas. Não é o pescador que paga, quem paga é o comprador, o exportador.

Falou das taxas de lota. Que eu saiba, a taxa de lota é 4 %. E já o é há muitos e longos anos. Portanto, se o Partido Socialista acha que é mau este valor, teve 24 anos para não o aplicar. Agora, eu acho que, mesmo para uma empresa pública, 4 % não é um valor que não possa ser descontado pelos pescadores, até porque a Lotaçor desempenha um serviço fundamental no setor das pescas. Naturalmente, tem de haver alguma compensação por todo este esforço financeiro que a empresa realiza.

Para terminar, o que faltou dizer na intervenção? Faltou falar no estado de abandono em que o Partido Socialista deixou os equipamentos em todos os portos de Açores.

Deputada Ana Jorge (PSD): É verdade! Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Faltou dizer que, por exemplo, na Madalena, o maior entreposto dos

Açores, durante anos e anos, nem um balde de tinta levou.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo teve de encerrar o entreposto para realizar obras, porque aquilo estava a cair aos bocados. Isso foi esquecido.

Para terminar, também se esqueceu que, agora, o preço do pescado tem vindo a subir. Naturalmente, o nosso pescado traduz-se num valor acrescentado e também beneficia os pescadores, que têm melhores rendimentos.

Obrigado.

Presidente: Tem palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, realmente, temos aqui um grande problema, mas é um problema típico deste Governo, que é: não pagar nada a tempo e horas. Temos como exemplos, que já foram dados aqui: o segundo pagamento do apoio aos combustíveis; o FUNDOPESCA, que tem de ser revisto, e o senhor sabe; o pagamento do POSEI Indústrias. Tudo o que é pago, é pago em atraso.

Deputado José Pacheco (CH): Muito!

O Orador: Mas também temos o pagamento a 42 embarcações do POSEI que ficou em atraso por causa de mudanças nos proprietários, que o Sr. Presidente do Governo, que, hoje, aqui, não está, prometeu que ia pagar e ainda não pagou.

Depois, também temos obras nos portos, que nem as ver, que já estavam prometidas desde o vosso tempo, mas nunca foram feitas, e os senhores também não seguem.

As gruas, apesar de estarem melhores, algumas ainda continuam sem as devidas manutenções.

Mas, Sr. Secretário, há delegações em todo o lado, que não servem mais do que para reencaminhar os *e-mails* da sua Secretaria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Delegações?! Não acredito!

O Orador: Apesar dos graves problemas estruturais e económicos na lota, continuam

a pôr mais trabalhadores. Qualquer dia, temos mais trabalhadores na lota do que pescadores. Em lotas em que, antes, um homem fazia o serviço todo, temos cinco agora, com pior funcionamento.

Depois de tudo isso, eu ainda sinto uma certa admiração pelo Sr. Secretário, continuo a senti-la. Foi o único, até agora, que teve a coragem de afirmar que não há dinheiro. É o único, é verdade. Às vezes, é necessária essa coragem.

Mas nem todos são assim neste Governo. Enquanto uns prometem tudo a todos, sem medidas nem controlo, até salvam, por várias vezes, cooperativas falidas, mesmo que o dinheiro tarde ou nunca chegue; o Sr. Secretário, infelizmente, tem a tutela do parente pobre deste Governo e faz o papel de insolvente, que é dizer que não tem dinheiro para pagar a ninguém.

Apesar de o CHEGA não concordar com as prioridades que o senhor tem vindo a definir, e isto está claro, quem concordou foram os mesmos senhores que agora vos estão a acusar com as reservas marinhas e tudo mais...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, não! É preciso muita calma com essa afirmação!

O Orador: É verdade. Negociaram as reservas marinhas. Nós votámos contra desde o início. E venderam 30 % do nosso mar por 10 milhões de euros. Está barato.

Foi assinado o memorando entre a Fundação Oceano Azul e a Waitt Foundation, os que pedem a sustentabilidade do nosso mar, mas vêm assinar um memorando nos seus jatos privados. É incrível e lindo de se ver. Venderam por 10 milhões 30 % do nosso mar. Agora, resta saber quando é que vem o dinheiro para começar a pagar o que está em atraso e quando é que vão realmente iniciar a reestruturação do setor das pescas. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não regista qualquer inscrição.

Pausa.

Sr. Secretário Regional do Mar e das Pescas.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (Mário Pinho): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos às contas e falar dos atrasos. Eu desafio o Sr. Deputado Gualberto Rita a apresentar-me um, um!, armador a quem o Governo deva o POSEI de 2021, 2022 e 2023.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Ó Sr. Deputado, o senhor diz que o Governo é caloteiro e que não paga.

Deputado Gualberto Rita (PS): Eu falei na indústria, não confunda as coisas!

O Orador: Ouça com atenção! Eu desafio o Sr. Deputado Gualberto Rita a identificar um!

Presidente: Srs. Deputados, por favor...

O Orador: Está incomodado, Sr. Deputado. É preciso desmontar esse populismo, a falsidade e a mentira que os senhores têm promovido. Eu desafio-o a darem-me um comerciante a quem o Governo Regional deva o POSEI de 2021, 2022 e 2023.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Portanto, a falsidade do Governo caloteiro e irresponsável está demonstrada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que está aqui a ser feito é uma desfaçatez!

O Orador: Vamos à indústria, Sra. Deputada. Na indústria, o Governo tem 2021, 2022 e 2023 por pagar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, afinal!...

O Orador: Espere, Sra. Deputada. É preciso que os senhores entendam, quando se diz, no enquadramento da minha primeira intervenção e da muito lúcida intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata, para ter atenção à transição dos quadros comunitários, é para chamar a atenção do que vem aí a seguir, porque vai-se multiplicar o mesmo, mas sem dinheiro. Portanto, o que é que isto significa?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, então vamos fazer uma desabituação!

O Orador: Ó Sra. Deputada, ouça. A Sra. Deputada não quer ouvir, está muito iludida, está muito romântica e muito lírica, e eu estou a trazê-la para Terra.

Ruído na Câmara.

Presidente: Eu peço o favor à Câmara de permitir a intervenção do Sr. Secretário Regional. Faça favor.

O Orador: A minha primeira reunião com os senhores industriais foi para lhes dizer que a Secretaria Regional do Mar e das Pescas não tinha disponibilidade orçamental para fazer este pagamento. E, portanto, combinou com os senhores industriais quais eram as prioridades do pagamento do POSEI. Porquê? Porque na transição dos quadros comunitários de 2020 para 2030, a legislação da regulamentação do programa Mar 2030 só ficou pronta em 2023. E, portanto, antes de 2023, ninguém podia fazer pagamento nenhum porque o programa não existia, correto?

Deputado António Lima (BE): Mas o anterior Secretário é que disse que ia pagar!

O Orador: Portanto, a partir de 2023, começou-se a trabalhar produzindo a legislação, as portarias, os avisos, etc.

Nas sucessivas reuniões com os senhores industriais, o Sr. Presidente da Pão do Mar foi dando recomendações ao Governo de que deveria dar prioridade à produção e à comercialização, principalmente à produção, porque o setor sentia que a produção estava com algumas dificuldades de tesouraria. O Governo foi sensível ao argumento e, portanto, pagou à produção e pagou à comercialização. Avisou a indústria de que iríamos ter atrasos no seu pagamento. Recentemente, este mês ainda, voltei a reunir-me com os senhores industriais. Os senhores industriais receberam o calendário de pagamento do POSEI de 2021, 2022 e 2023. Está acordado e espero conseguir.

Agora quero chamar a atenção do seguinte: nós trabalhámos durante um ano para fazer estes pagamentos. Os senhores, quando insultam a Secretaria, estão a insultar os funcionários que estão a trabalhar dia e noite para cumprir.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Faltava este argumento!

O Orador: É verdade, Sra. Deputada. A senhora não quer ouvir, mas tem de ouvir. Há funcionários da Secretaria Regional do Mar e das Pescas que trabalham dia e noite para pagar o POSEI de 2021, 2022 e 2023 da produção, o POSEI de 2021, 2022 e 2023 da comercialização, olhar para os processos... Eu não sei se os senhores sabem o que é um processo da transformação. E, depois, todo o resto que têm para fazer. Não é apenas estes procedimentos.

E, portanto, vamos, agora, à parte do suplementar. Isto é um assunto demasiado sério para brincarmos com estes populismos de política barata, porque, vamos lá ver, o Governo Regional reconhece o sobrecusto que a indústria tem relativamente a esta matéria, paga uma parte do sobrecusto. E a parte do sobrecusto que não é financiada pelos fundos comunitários, o Governo diz: eu não tenho disponibilidade orçamental. Este é o problema. E, portanto, a pergunta é: o que é que a gente faz? A proposta tem sido trabalhar junto do Governo da República e da Comunidade Europeia.

O Sr. Eurodeputado André Franqueira já tem conhecimento disto, por exemplo. O Sr. Eurodeputado Nascimento Cabral já tem conhecimento disto. A Sra. Diretora-Geral da DGPM (Direção-Geral de Política do Mar) já tem conhecimento disto. A REPER

(Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia) já tem conhecimento disto. Portanto, a pergunta que se faz é: qual é a possibilidade de trabalharmos junto da União Europeia de forma a termos um reforço para este sobrecusto de regiões ultraperiféricas?

A União Europeia vem-nos dizendo que não há dinheiro. Isto é o que nos diz a União Europeia. Nós temos de acomodar este sobrecusto. É o que nós estamos a analisar. E o que fui dizer, nesta reunião, aos senhores industriais é que estamos a procurar uma solução, se é que temos alguma solução, na certeza, porém, de que a Secretaria Regional do Mar e das Pescas não tem orçamento para fazer este pagamento do suplemento, ponto.

Portanto, o assunto é demasiado sério, até por uma outra questão que o Sr. Deputado Nuno Barata disse e que eu quero chamar a atenção: nós já estamos a trabalhar no novo quadro comunitário 2028-2032, se é que vai haver quadro comunitário, ponto um.

Ponto dois, assumindo que vai haver um quadro comunitário de apoio ao sobrecusto, a pergunta que faz é: qual é o valor do envelope financeiro? E o que a Comunidade Europeia nos está a dizer é que esse valor, a existir, diminuirá significativamente.

Portanto, a pergunta será: em 2028-2032, se não tivermos um quadro financeiro de suporte a isto, o que é que fazemos? Morremos todos? Desaparece a Região Autónoma dos Açores? Deixa de haver autonomia? Ó meus senhores, por favor, pôr os pés na terra! Isso não vai acontecer. Vamos adaptar-nos e procurar respostas para esse cenário. Portanto, este é o cenário relativamente ao POSEI.

Relativamente aos seguros, já foi dito. De 2023, deveria ter sido pago em novembro. Não conseguimos fazê-lo. Será pago agora, até final de fevereiro, princípio de março. Relativamente ao gasóleo, eu desafio um armador que me diga o que é que o Governo Regional deve, um! Ó Sr. Deputado, dê-me um armador a quem nós devemos o gasóleo.

Deputado Mário Tomé (PS): O senhor não tem medida do que está a dizer!

O Orador: Portanto, para o atual pagamento, tem abertura.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

As candidaturas estão abertas para isso. Portanto, não há nenhuma falta relativamente a essa matéria.

Penso que não deixei de responder a nada, Sr. Deputado.

Há aqui esta questão do plano de reestruturação. O plano de reestruturação das pescas não é um livro cor-de-rosa.

Deputado José Ávila (PS): É azul!

O Orador: É azul, exatamente.

Deputado Nuno Barata (IL): Azul é bom. Se fosse laranja, era pior.

O Orador: Quando se chama a atenção de que há um documento azul, bonito, simpático, e que ninguém fora do setor o conhece, é para mostrar a responsabilidade do que o Governo está a fazer — está a discutir isto com o setor, dentro do setor. Portanto, é o setor que vai definir a reestruturação, não o Governo.

Além de mais, não é um menino que se faça em 3 meses ou 1 ano. A reestruturação do setor é uma coisa muito séria, o plano de ação que vem aí a seguir. É o plano de ação que vai definir exatamente o que é que a gente vai fazer e quem é que vai pagar, que é o mais importante. Portanto, se não houver dinheiro, Sra. Deputada, não implementaremos nada de reestruturação. E é o que o Governo está a fazer: está à procura de financiamento.

Eu acho muito interessante chegar aqui à Câmara e ouvir este comportamento relativamente às fundações, que acabam de meter 10 milhões de euros para implementação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas. Sr. Deputado, não é só apontar. Agradeço a simpatia, que também tenho pelo senhor. Mas não é só dar a crítica, é preciso trazer soluções. E este Parlamento ainda não apresentou uma solução que fosse, uma prioridade que fosse para resolver isto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como?!

O Orador: O que é que vai acontecer na RAMPA? As fundações o que dizem é: nós financiamos a implementação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas. E a implementação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas vai ter de ter um calendário, que tem várias prioridades. A primeira prioridade é definir a estratégia da Rede de Áreas Marinhas Protegidas. Eles não querem, o Governo Regional não quer e a União Europeia não quer áreas marinhas protegidas de papel, que foi aquilo que os senhores criaram.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Tanta falsidade, Sr. Secretário!

O Orador: De papel, nós não queremos. Queremos Áreas Marinhas Protegidas funcionais. Portanto, temos de ter estratégia, planeamento, monitorização, ordenamento e plano de gestão. O dinheiro das fundações é para pagar isso.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Quero dizer aos Srs. Deputados que há mais, porque as orientações que estamos a dar, da parte do Governo à Blue Azores, é de que temos de definir a governação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas.

Ouçam bem o que vou dizer: o Estado, mais uma vez, assume que não há disponibilidade orçamental para andar a pagar redes de áreas marinhas protegidas que não sejam funcionais. Elas próprias, na estrutura de governação, têm de definir como é que se vão financiar no futuro.

Por último, quero acabar dizendo à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (penso que

respondi a tudo, exceto ao FUNDOPESCA), que o FUNDOPESCA do ano passado será pago até final de março. É o compromisso que o Governo tem. Está atrasado, devia ter sido pago ontem. Não foi, porquê? Porque a Secretaria está dependente de informação que vem de terceiros. E essa informação ainda não chegou à Secretaria. Sr. Deputado, é a regulamentação, não podemos passar por cima dela.

Relativamente ao problema da cogestão, há uma ideia muito romântica do que é a cogestão. Como é que a cogestão tem funcionado? O setor da cogestão reúne e traz os problemas para o Governo resolver.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é só isso, também apresentam soluções!

O Orador: Isso não é cogestão, meus senhores. Portanto, o que o Governo fez foi devolver os problemas à cogestão, para que nos seja indicada a solução que têm para aquele problema.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já apresentaram, Sr. Secretário.

O Orador: E, portanto, o problema da Fajã do Santo Cristo tem pouco a ver com ações diretas que o Governo possa tomar, porque aquilo que o Governo faz, neste momento, é cumprir com todos os processos de monitorização. Temos um problema de pesca ilegal, ou supõe-se que é um problema de pesca ilegal, mas não está verdadeiramente demonstrado.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Fazemos um intervalo. Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 56 minutos.

Neste momento, o Presidente da Assembleia reocupou o seu lugar na Mesa.

Vamos, então, dar continuidade à interpelação ao Governo Regional.

Está inscrito o Sr. Deputado Mário Tomé, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já muito foi referenciado neste debate, o que revela a relevância de falarmos de um setor de extrema importância para os Açores e para os Açorianos. Mas não basta reconhecer a importância do setor, sem as medidas necessárias que venham ao encontro dos desafios existentes.

De facto, este é um setor diferenciado, porque o que hoje é possível os pescadores fazerem, amanhã deixa de ser possível, fruto de uma ocorrência ambiental que pode existir, que pode colocar em causa uma área de pesca e o sustento de muitas famílias. Isso, sim, é resolver o presente, preparar o futuro e dar confiança e estabilidade ao setor. Mas, de facto, Sr. Secretário, não é isto que está a acontecer. Ao contrário de outras áreas de governabilidade, esta é uma área que deve exigir, sempre, diariamente, mensalmente, uma atenção especial. E não foi isso que aconteceu desde que este Governo tomou posse. O Sr. Secretário está cá há 1 ano, mas este Governo já vai, digamos, no seu segundo ciclo governativo.

Risos do Deputado João Bruto da Costa e do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão).

E dou-lhe uma referência: fruto da guerra existente e do aumento dos custos à produção, em que o caso do gasóleo é uma evidência, o Sr. Secretário responde no Plano e Orçamento que não existe apoio ao combustível por razões técnicas — isto está registado no diário das sessões —, que tem a ver com o esforço de pesca, quando o senhor sabe perfeitamente que no caso dos atuneiros, no caso do Bonito, não há qualquer esforço de pesca. E a Região, o que fez? Zero, de forma surpreendente. É um setor muito especial. Há muita gente aqui que depende, famílias inteiras, do que consegue capturar naquele dia. Basta as condições atmosféricas não estarem boas num determinado mês para colocar em causa a sustentabilidade daquelas famílias.

Felizmente, nas outras atividades, chega o fim do mês, as pessoas podem pagar a TV por cabo, podem comprar o pão, podem comprar o leite. Neste setor, é diferente. Por isso, o Governo devia ter uma atenção especial, que não tem tido, Sr. Secretário.

Primeiro, porquê o rateio do POSEI Pescas? Ainda ontem, ouvi, aqui, pelo seu colega, o Sr. Secretário da Agricultura, que, desde que este Governo tomou posse — não sei se ele se estava a referir a agora, em fevereiro, ou a outra legislatura —, deixou de fazer rateios. Mas a verdade é que, neste setor, o Governo fez rateios.

O Sr. Secretário sabe que o meu colega Gualberto, há pouco, quando se referiu ao POSEI, referiu-se às unidades de transformação, não se referiu aos armadores. Isso é evidente, toda a gente sabe.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Está no diário!

O Orador: Pronto, Sr. Secretário, eu estive atentamente a ouvi-lo, nem mandei bocas, porque estava muito atento ao que o senhor dizia. O Sr. Secretário referiu, enfim, que o PS veio aqui com a tentativa de fazer populismo. Não, o PS veio dar voz àqueles, lá fora, que não recebem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Isto não é populismo, Sr. Secretário, isto é defender os interesses dos Açorianos, da indústria açoriana e dos trabalhadores!

Sabe quanto é que custa reparar uma cravadeira, Sr. Secretário? Sabe quanto é que custa reparar um autoclave? O Sr. Secretário sabe perfeitamente os custos que as unidades fabris têm na aquisição da matéria-prima: do azeite, do óleo, do cartão, da lata. Isto tem um custo. Não é dizer que o Governo não paga, mas tem de pagar atempadamente para dar estabilidade àquelas empresas, para poderem competir no mercado internacional com as outras empresas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, a verdade é que o grande responsável disso não é o Dr. Mário Rui Pinho, é o chefe do Governo Regional dos Açores, o Dr. José Manuel Bolieiro. E as evidências são claras, Sr. Secretário.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A verdade, Sr. Secretário, é que não estamos aqui com demagogia, viemos a debate com uma interpelação, de forma séria, para falar num tema que nos diz muito e temos muito orgulho, porque existe uma história nas pescas. E a história, caro colega e amigo Paulo Gomes, não se fez de um dia para o outro.

O PS/Açores, ao longo dos anos, definiu um plano de reestruturação e medidas técnicas para o setor. Eu falei isso no Plano e Orçamento.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Esse setor foi corrompido por V. Exas.! Fábricas fechadas... Santa Catarina foi à falência!

O Orador: Por exemplo, entre 1994 e 2018, foram abatidas mais de quatrocentas embarcações, foram criadas medidas técnicas. E isso faz parte de um plano de reestruturação.

Para finalizar, Sr. Secretário, o senhor referiu, há pouco — eu estive atento, mas pode ser um lapso meu —, que o PS não promove e não apoia a economia emergente.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): E mantenho!

O Orador: O senhor mantém. Mas é curioso, porque o senhor fez parte, como técnico, com responsabilidades na promoção da economia anterior. Quem é que iniciou o processo das Áreas Marinhas Protegidas? Quem foi, Sr. Secretário?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O PS, nesta Casa, não votou a favor das Áreas Marinhas Protegidas, quando a coligação não cumpriu o acordo definido, que seria colocar, no Plano e Orçamento de 2025, uma verba para o plano de reestruturação da frota, que compreendia medidas de abate, medidas de reorientação de pescadores e outras medidas lá previstas. Isto não é populismo, chama-se seriedade, Sr. Secretário!

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): É populismo!

O Orador: Seriedade! E vou ficar por aqui.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque, se calhar, ainda vou precisar de mais 1 minuto e meio para uma última intervenção.

Sr. Secretário Regional, duas notas: primeiro, para lhe dizer que fez muito bem em priorizar o pagamento à produção, antes de pagar aos industriais, até porque é histórico. Isto que vou dizer não é sequer uma coisa recente, é histórico: o POSEIMA pago aos

pescadores e aos armadores reflete-se diretamente no preço pago no final pela indústria a esses mesmos armadores. Sempre foi assim. E a indústria sempre usou esse argumento nas negociações dos preços de contrato. Os senhores recebem o POSEIMA, e tiravam aos armadores parte do POSEIMA no preço final a pagar.

Uma segunda nota, Sr. Secretário, que me chamou a atenção na sua última intervenção: o senhor disse que deu nota e deu conta aos Srs. Deputados Franqueira Rodrigues e Nascimento de Cabral das preocupações do Governo Regional. Eu recomendo que dê também à Sra. Deputada Ana Vasconcelos Martins, que, no seio do Renew, dos liberais europeus, tem a pasta dos Assuntos do Mar e do Pacto para os Oceanos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Mário e Pescas, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (Mário Pinho): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Mário Tomé, atenção diária, o Governo não faz outra coisa.

Deputado Carlos Silva (PS): Não se nota nada!

O Orador: Acabo de vir de São Miguel, onde tive uma reunião com a Lotaçor, com os dirigentes de cada lota da Lotaçor. Visitei o porto de Rabo de Peixe, de Vila Franca e de Ponta Delgada. Não foi por acaso, teve um objetivo. Para além de ter ido ainda até à Povoação e à Ribeira Quente. Há uma preocupação diária de trabalhar com as associações da pesca. Há uma preocupação diária de estar a trabalhar com os delegados de ilha. Portanto, a atenção diária não é um problema.

Em relação ao gasóleo, Sr. Deputado, estão abertas as candidaturas. Façam o favor de se candidatar.

Vamos lá ver, Sr. Deputado, há aqui uma acusação do Sr. Deputado Gualberto Rita de que, no continente, há quatro períodos, e nós temos um. O envelope financeiro é o mesmo. O Governo da República, por negociação com as associações, provavelmente — aliás, o Sr. Ministro disse, ontem ou anteontem, que foi em sede de concertação

social —, decidiu definir o pacote do gasóleo por períodos. Nós definimos dá-lo, neste período de 2025, por inteiro. Portanto, as candidaturas estão abertas. Não devemos nada a ninguém. Estão a candidatar-se, e vamos pagar, ponto. Portanto, é uma falsidade dizer...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que falsidade, senhor?

Deputado Mário Tomé (PS): Qual falsidade?

Deputado Carlos Silva (PS): Não diga que já pagou, porque isso não é verdade!

O Orador: Ó Sr. Deputado, não me fale de Santa Catarina! A herança que este Governo teve de Santa Catarina, eu deixo isso para os comentários dos Srs. Deputados. E tenho de lhe dizer outra coisa: para além dessa herança de Santa Catarina, nós, neste momento, temos um aviso do Mar 2030 de 9,6 milhões de euros dirigidos à indústria. Portanto, os senhores industriais têm um instrumento financeiro para fazer investimentos nas suas indústrias. Está aberto. Façam o favor de se candidatar.

Deputado Mário Tomé (PS): Não é a 100 %.

O Orador: Não, não é a 100 %. Pronto, mas, ó Sr. Deputado, quando o Secretário diz que não há disponibilidade orçamental...

Deputado Mário Tomé (PS): Como as obras...

O Orador: Pois, Sr. Deputado, ainda bem que diz isso, porque, quando o Governo faz obras, é preciso ter disponibilidade orçamental. O Secretário, quando está a dizer que não tem disponibilidade orçamental, é um conjunto de problemas, incluindo esse, obviamente, não é? Portanto, não é porque não há vontade de pagar o suplemento aos senhores industriais.

Quanto à reestruturação do setor, vamos lá ver, nós cumprimos a primeira fase. É preciso separar a Rede de Áreas Marinhas Protegidas da reestruturação do setor. A primeira coisa que estamos a fazer é definir, a médio e longo prazo, a implementação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas na Região Autónoma dos Açores. É para isso que o dinheiro serve. O segundo objetivo é fazer o estudo.

Ainda agora, a Sra. Ministra do Ambiente disponibilizou verba para pagar os impactos

resultantes das Áreas Marinhas Protegidas, mas requer um calendário com o estudo que a Universidade dos Açores e a Universidade do Algarve estão a fazer relativamente a isto. Recordo que este estudo está a ser feito porque foram postos em causa os valores que foram desenvolvidos pela equipa técnica do Blue Azores. Como havia desconfianças, este Governo decidiu pedir este estudo à Universidade dos Açores, para confirmar ou não quais são os valores do nível de impacto das embarcações que são afetadas e também, adicionalmente, definir uma fórmula de impacto em termos monetários.

Ficamos com esse problema resolvido, mas não resolvemos o problema, porque, depois, daqueles pescadores que não quiserem sair, temos aqueles que têm impacto, mas que se mantêm no setor.

Portanto, o que queremos fazer com a reestruturação é pensar o que vamos fazer com essa gente, onde é que as vamos meter e como é que vamos realocar esse esforço de pesca. E também avaliando aqueles, como o Sr. Deputado bem disse, que não têm condições de se manter no sistema e que têm de sair.

Eu chamo a atenção de que este problema dos abates, das reconversões e das novas entradas na pescaria estão muito condicionadas por regulamentação europeia. É a tal história do equilíbrio entre o esforço e a disponibilidade de pesca que temos agora. Portanto, temos reportado que temos um equilíbrio. Se quisermos fazer abates, temos de reportar desequilíbrio. E o desequilíbrio tem consequências. É preciso chamar a atenção para isto, porque existem planos de gestão que podem tomar direções que nós não pretendemos.

Sr. Deputado Nuno Barata, sim, é uma boa recomendação. Contatarei a Dra. Ana Maria Vasconcelos, que é uma mais-valia nisto.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Freitas, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir neste debate de pescas por tudo aquilo que os meus colegas estavam a defender, e bem, neste setor, mas, quando vi o meu colega e amigo Deputado Mário Tomé vir a debate, surgiu-me a ideia de também poder refutar algumas coisas, porque julguei que o meu colega Deputado Mário Tomé vinha a debate para falar dos fortes investimentos que têm sido feitos na nossa ilha, a ilha do Pico, neste setor, que está longe de ser esquecido pelos picarotos e pelos Açorianos.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E se há coisas que são difíceis de observarmos a olho nu, há outras que se vê de uma forma bem clara. A verdade é que, em 2020, quando o XIII Governo tomou posse, nesta ilha vizinha, a ilha do Pico, da qual sou natural, não havia nem fábrica de peixe, nem entreposto frigorífico, nem estaleiro naval.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Mas também é verdade que, em 1996, quando o governo socialista tomou posse, havia estes três setores, que eram grandes setores de atividade económica naquela ilha.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ora bem!

O Orador: E isto tem relevo a nível económico e também social.

Não foi há muitos anos, foi há 2 anos, podemos dizer que foi uma sorte termos deixado o entreposto da Madalena solitário nos Açores para o armazenamento de pescado, porque, na verdade, e o meu colega já o disse, foram mais de duas décadas sem qualquer tipo de manutenção naquele entreposto, mas também, podemos dizer, nas infraestruturas todas ou quase todas da Administração Pública Regional. Esta é só mais uma.

Deputado Mário Tomé (PS): Não é bem assim!

O Orador: Ainda referente à ilha do Pico, mas situações que são em geral na nossa Região, podemos falar do aumento brutal do preço do pescado, em que algumas espécies de exportação, muito importantes para o rendimento dos pescadores, quase duplicaram o seu preço em venda.

Também, sendo o Sr. Deputado Mário Tomé, e meu amigo, natural da freguesia das Ribeiras, pensei que vinha falar do porto das Ribeiras.

Deputado Mário Tomé (PS): E falo sem problema. Está pronto?

O Orador: E porquê? Porque a verdade é que aquele porto, há muitos anos, há mais de uma década, e sabe muito bem, não tem qualquer tipo de proteção.

E também é verdade, se há um governo que se importou e tomou como prioridade resolver aquela situação, é este Governo Regional, que já lançou a concurso aquela obra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem lembrado!

O Orador: Também pensei que vinha a debate para falar de uma série de equipamentos que, durante anos, muitos anos, mais de duas décadas, não sofreram qualquer tipo de manutenção, como: gruas, postos de recolha, máquinas de gelo, por aí adiante...

É verdade que não está tudo feito, mas também é verdade que muito está a ser feito neste setor. No que concerne a equipamentos, lembro-me, por exemplo, da nova grua do porto do Calhau, na Piedade, do grande arranjo que se fez numa grua que é muito importante para o concelho das Lajes, que é a grua do porto das Lajes, que caía aos

bocados (podemos dizer as coisas pelos seus nomes). Teve de ser retirada, fez-se um grande arranjo e está lá como se fosse nova. E podia dar outros exemplos.

Dizer-se que está tudo mal, acho que é um erro tremendo, não é mais do que demagogia, porque as coisas estão à vista. Não está tudo feito, mas está bem melhor.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o Museu de Construção Naval?

Deputada Marta Matos (PS): Sim, tem tudo a ver com pescas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Caro colega e amigo Carlos Freitas, só uma nota muito rápida relativa à sua pronúncia, para desmontar aquilo que não corresponde à verdade. O que não corresponde à verdade é o entreposto frigorífico da Madalena, porque, do ponto de vista da calendarização dos entrepostos regionais, houve a necessidade de avançar primeiro com o do Faial, para, depois, quando o do Faial estivesse numa fase quase em funcionamento, avançar com o do Pico. Tanto é que, quando este Governo tomou posse — está ali o Sr. Secretário, não sei se conhece o processo ou não —, o processo do projeto estava basicamente pronto para ser lançado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah, “basicamente pronto”!

O Orador: Inclusive os seus e meus colegas, anteriores deputados, estiveram na apresentação desse projeto.

Portanto, a verdade é que houve, sempre, a intenção de resolver, como foi resolvido, não só o problema do entreposto frigorífico da Madalena, mas também o do Faial, assim como as obras no de Vila do Porto.

Relativamente à questão do porto das Ribeiras, eu devo admitir que é um facto. Pouco ou nada foi feito antes do Furacão Lorenzo. E já justificava essa intervenção. Mas a verdade é que estamos em 2025 e foi a única obra da Região que não avançou.

Aproveitando essa oportunidade, questiono o Sr. Secretário: para quando o lançamento do projeto para as obras de proteção do porto das Ribeiras?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não regista pedidos de intervenção.

Pausa.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida relativamente a algumas coisas que foram ditas aqui, sobretudo, também, pelo Sr. Secretário Regional, que diz que, nos orçamentos da Região, deste Governo e do anterior, havia prioridades e eram finitos.

O problema não está no orçamento, senão estamos perante orçamentos para inglês ver. O problema é a execução. Por exemplo: em 2021, faltou executar 4,4 milhões de euros; em 2022, 8,3 milhões; e em 2023, 6,3 milhões.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, estamos perante quase 19 milhões de euros que não foram executados na sua Secretaria, embora o senhor não fosse Secretário na altura.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Isso, quanto a mim, é uma falha grave, ou então é só para mostrar às pessoas que têm um orçamento muito grande.

Não se percebe porque é que o senhor levou 3 anos a pagar o POSEI Pescas aos armadores açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E quantos anos é que os senhores levaram?

O Orador: Havendo disponibilidade financeira, o senhor devia ter pagado aos armadores açorianos.

Fala-se muito nos cortes às associações. Há associações desta classe que estão desesperadas porque têm os recebimentos atrasados. Agora, fala-se num corte de 40 %. Eu quero que o Sr. Secretário, perante esta Câmara, ao contrário do que fez com o plano de reestruturação, que o escondeu, diga aqui, perante os deputados, qual é o valor que vai cortar.

Em relação a outra questão que foi dita aqui pelo Sr. Deputado Jaime Vieira, relativamente ao atirar dinheiro para os problemas, o facto não é esse, o que nós andamos aqui a discutir é pagar o que se deve, não tem nada a ver com atirar dinheiro para os problemas.

Quanto aos planos, os planos sempre existiram e foram cumpridos na sua grande parte, quase na totalidade. É claro que não terá sido a 100 %. Como o Sr. Deputado Paulo Gomes falou aqui que não tinham sido cumpridos, eu desafio-o também a demonstrar isso. Foram feitos vários planos. Lembro-me de alguns. Tenho aqui um que, em grande medida, foi cumprido. E existem outros. Numa altura em que havia falta de recursos, Sr. Deputado, houve um plano que foi executado quase na sua totalidade, que se

chamava Melhor Pesca, Mais Rendimento. Não sei se o senhor se lembra disso. Mas numa altura em que houve escassez no rendimento dos pescadores, foi preciso fazer um plano. E esse plano foi cumprido quase na sua totalidade.

E veja-se o que está a acontecer, por exemplo, com a gestão das quotas. A gestão das quotas é uma vergonha! Ó Sr. Secretário, isto é dito pelos pescadores. Nunca aconteceu a miséria que está a acontecer agora!

E ainda estamos para ver o que vai acontecer com a quota do Goraz. Também é preciso o Sr. Secretário explicar o que está a ser feito relativamente a essa matéria.

Como toda a gente sabe, o Partido Socialista apoia as Áreas Marinhas Protegidas e a sua implementação, fez a sua parte. O Governo falhou na sua parte.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não tem noção mesmo!

O Orador: Porque os compromissos que tinha com o Partido Socialista não foram cumpridos.

E fiquei muito desiludido, na assinatura do contrato com as fundações...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Desiludido?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ficou de alma cheia!

O Orador: Calma!

Quando foi assinado o contrato com as fundações, houve conversas e intervenções muito bonitas. E, lá no fundo, há uma conversa assim: “Foi dito que aquela verba também era para o plano de reestruturação.” Ó Sr. Secretário, isto não devia ter sido ao contrário? Primeiro a reestruturação do setor, Sr. Secretário, porque os pescadores vão ser os mais prejudicados neste processo. Primeiro tinham de ser os pescadores. Tem de se dar prioridade aos pescadores. Até dá ideia, Sr. Secretário, que a sua Secretaria, a sua política, é contra os pescadores.

Apartes impercetíveis dos Deputados da bancada do PSD.

E estes pescadores são uma parte fundamental da economia dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Relativamente à soldada dos pescadores de Rabo de Peixe, Sr. Deputado, um dia desses convido-o a ir comigo ao porto de pescas, para falarmos com eles. Isto é que seria de valor, Sr. Deputado, acompanhar-me nessa visita.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Começo a minha intervenção dizendo o seguinte: há pouco, referi que o Partido Socialista não tinha apresentado uma única proposta, o que foi um erro da minha parte. Reconheço este erro. Sou uma pessoa séria, não gosto de mentir. Não seria agora que o iria fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso, reconheço uma proposta apresentada pelo Partido Socialista.

Em segundo lugar, devo dizer o seguinte: hoje, nesta Casa, chamou-se de caloteiro a este Governo Regional, foi o termo utilizado.

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma vergonha!

O Orador: Eu queria relembrar alguns episódios que aconteceram no passado. Há uma notícia de 2015 que diz assim: “Pescadores aguardam pagamentos do Governo Regional desde 2012, relativos à comparticipação de embarcações e equipamentos que já estavam adquiridos.” E o que é que se chama isso? São caloteiros também? Utilizam o mesmo adjetivo para caracterizar o vosso governo, que não cumpriu a tempo e horas

aquilo que era suposto ser cumprido?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Era um caloteiro!

O Orador: Mais: “Pescadores dos Açores estão sem receber apoios ao abrigo do programa específico da União Europeia para as regiões ultraperiféricas. O POSEI, desde 2014, está a causar muitos problemas aos trabalhadores artesanais e aos armadores.” Outro atraso, também era um governo caloteiro. Podíamos ir buscar mais, mas não vamos.

O que é curioso também, acima de tudo, é que parece que, agora, tudo se vai resolver quando estão na oposição. Mas, quando estavam na posição e poderiam resolver, com maiorias absolutas, não conseguiram resolver. O rescaldo era nada. O que é que mudou? A posição das bancadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Francisco César, líder do Partido Socialista...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Presidente.

Deputado Flávio Soares (PSD): De líder não tem nada!

O Orador: ... referiu que “compromete-se a defender justiça na reforma dos pescadores açorianos e denunciou atrasos do Governo Regional ao setor das pescas.” Agora, faço a pergunta: porque não o fez quando foi deputado desta Casa? Porque não o fez quando tinha as maiorias absolutas? Porque não o fez quando tinha o Governo da República no continente? Não o fez porque não quis, meus senhores. A situação é só essa.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Sr. Secretário, o FUNDOPESCA, como nós sabemos, é de extrema

importância para os pescadores açorianos. Para algumas localidades, em caso de situações de mau tempo, como já foi referido, e bem, nesta Casa, é o garante de algum reforço financeiro para o sustento das suas famílias. Todos nós sabemos que foi este Governo que possibilitou, através de uma proposta apresentada, que o processo fosse mais célere e, acima de tudo, mais justo para os pescadores açorianos.

A minha questão, Sr. Secretário, é a seguinte: esse atraso do pagamento ao FUNDOPESCA deve-se a quê? Houve ou não melhorias neste diploma comparativamente com o anterior que estava nesta Casa?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Gualberto Rita, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário e o Sr. Deputado Paulo Gomes vieram cá à Assembleia dizer que o Partido Socialista o que apresentava aqui era demagogia na pesca, miserabilismo e assim sucessivamente...

Eu recomendo aos senhores que assistam ao que o pescador de São Mateus, da Terceira, o Sr. Duarte Pimentel, disse no telejornal no dia 5 de janeiro: “Este Governo não quer saber da pesca.” Este é o sentimento de todos os pescadores e armadores dos

Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Não, não é!

O Orador: Mais. O Sr. Presidente da Federação das Pescas, no balanço de 2024 e perspetivas para 2025, dizia: “É urgente tomar medidas, [avisando que] o setor poderá estar a caminho do abismo e da desgraça.” Este é que é o sentimento das associações, da Federação das Pescas, dos armadores e dos pescadores, que os senhores estão a esconder.

Sr. Secretário, para finalizar, a resposta que precisamos é: quando é que o senhor vai pagar o apoio do seguro aos pescadores?

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Ele já disse!

O Orador: O senhor afirma que o assunto do suplemento é muito sério. É muito sério, sim, senhor, Sr. Secretário. O Sr. Presidente do Governo prometeu e não pagou. Para esses é que é muito sério, porque estão com as dívidas às costas, à espera daquilo que os senhores prometeram e não pagaram.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi para intervir, nesta fase do debate, a propósito do que foi dito relativamente à assinatura do protocolo Blue Azores, que ocorreu esta semana na cidade-mar, que é a cidade da Horta, para dizer que se está a tentar transmitir, por parte do Partido

Socialista, como se tivessem sido só umas conversas bonitas e umas coisas interessantes. Quero dizer, e acho que o Sr. Deputado José Eduardo esteve presente, que saí de alma cheia, como açoriano, daquela apresentação, porque contraria absolutamente a ideia do Partido Socialista de que as Áreas Marinhas Protegidas, a sua implementação, o pioneirismo e o exemplo que os Açores estão a dar ao mundo em relação a esta matéria não vai acabar com o setor das pescas, vai salvar as pescas nos Açores, vai criar, manter recursos e dar sustentabilidade às pescas nos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Isso foi dito pelos especialistas, por aqueles que verdadeiramente se preocupam com os recursos naturais, com o nosso mar e com o futuro da pesca nos Açores.

Penso que, talvez, o Sr. Deputado do Partido Socialista que esteve nessa reunião possa explicar aos seus colegas o valor imenso que tem para os Açores estarmos a ser pioneiros e a ser exemplo para o mundo inteiro na preservação dos oceanos, na preservação dos recursos e na sustentabilidade do setor da pesca.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (Mário Pinho): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós entrámos para esta interpelação com o vocabulário de um Governo sem estratégia, com um cenário de insustentabilidade, e acabamos com o Partido Socialista muito surpreendido, porque o Governo não deve nada a ninguém. Aquilo que deve está coordenado e concertado com os próprios.

Deputado João Vasco Costa (PS): Como é que não deve nada a ninguém?! Pague o que deve!

O Orador: Identifique, Sr. Deputado, a quem é que o Governo deve. Faça o favor de identificar. Lancei aqui o desafio e não vi um.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): Não deve nada a ninguém?! Não paga é nada a ninguém!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a seguir, terão a oportunidade de se inscrever para contraditar aquilo que o Sr. Secretário está a dizer.

Faça favor, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Estou duplamente surpreendido com a capacidade de atração de financiamento do Governo Regional. Temos 10 milhões para a RAMPA e temos uma promessa de financiamento do fundo ambiental.

Mas gostava também de dizer o seguinte: não demonstrou que o Governo não tem apoios e que tem o setor abandonado. Ficou aqui demonstrado com a questão do Sr. Deputado Mário Tomé, com as cravadeiras e com o problema de a Santa Catarina não poder ter financiamento. Não têm a 100 %. Mas esse é o problema. Bem-vindo.

Quero também dizer-lhe que o Governo Regional, no âmbito do Mar 2030, não tem um, tem sete avisos abertos. No mesmo período de tempo, a Secretaria foi capaz de

desenvolver, para além da análise daquilo que tinha dos processos de candidatura atrasados de 2021, 2022 e 2023, produziu a legislação, criou os avisos, os quais estão no mercado, para o setor apoiar o investimento. Quero dizer que estão, no total, 71 milhões de euros, correspondentes ao período 2021–2024, dos quais 30 milhões correspondem a estes avisos.

Portanto, meus senhores, esta coisa do miserabilismo tem uma história muito mal contada e reflete bem aquilo que o Sr. Deputado João Bruto da Costa aqui referiu, de um PS ultrapassado, que precisa de se modernizar e de pôr uma nova visão no sistema, até porque o Partido Socialista tem gente que acompanha o Governo nesta visão.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não ia intervir, mas lembrei-me de uma coisa. Não se ria muito, Sr. Bruto da Costa. Foi o que o senhor acabou de dizer. E fez-me lembrar de uma coisa com alguma graça, que é: as reservas são para proteger os pescadores. Pois, então, como é que vai ser no futuro? Posso pescar ali? Pode... mas é uma reserva, afinal não pode. Então, vamos pescar para ali. Não, ali também não dá, é uma reserva.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sr. Deputado, isso nem merece resposta!

O Orador: E se for par ali? Também não. Pode pescar ali, mas não tem peixe. Então, se calhar, vai mudar de sítio, mas é proibido. E vamos andar nisto.

Mas o que é que acontece? Não acontece nada, não há vigilância. Quem é que vai pescar? Os coreanos, os chineses, os espanhóis, etc.

Era isso.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Não havendo mais inscrições, pergunto ao Governo se quer usar o tempo disponível, para encerrar, da sua parte, o debate. Sr. Secretário, dispõe de 48 segundos, mais 15 segundos de tolerância.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (Mário Pinho): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, só para responder ao Sr. Deputado António Lima, que não tive oportunidade de responder.

Faz uma pergunta pertinente, que é: qual é a proporção dos 10 milhões que vão pagar a parte da reestruturação do setor? Estes 10 milhões das fundações da RAMPA têm como prioridade número um a implementação da RAMPA, a governança da mesma, a estratégia, os planos de gestão e os planos de ordenamento. Não é coisa fácil de fazer, implica ter um conjunto de recursos, que as fundações pagarão.

Vi que o livrinho azul criou uma expectativa e uma curiosidade muito grande não só no Parlamento, mas também na sociedade açoriana, e é bom, foi com esse objetivo que aqui o trouxe. Agora, cabe ao Governo demonstrar quais são as necessidades de curto prazo e quais são os montantes desses 10 milhões que podem ser apoiados nos planos de ação de curto prazo. Aquilo que o Sr. Deputado aqui enumerou foi: retirar e meter

ativos de juventude no sistema, fazer os abates das embarcações, a diversificação da atividade da pesca e, uma coisa muito importante, a formação.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Pergunto ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Sra. Deputada Andreia Cardoso, para encerrar o debate, dispõe de 1 minuto e 24 segundos, mais 15 segundos de tolerância.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista trouxe a esta Assembleia uma interpelação ao Governo com vista a promovermos um debate sério sobre um dos setores mais frágeis da economia dos Açores — as pescas. E trouxe este assunto porque têm sido imensos os relatos de incumprimento, que vão desde a produção até à indústria, por parte do Governo dos Açores, para cada um dos intervenientes.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Outra vez?

A Oradora: Trazemos aqui este assunto, porque os pescadores e os industriais merecem, da parte deste Parlamento, um tratamento sério de questões que são sérias e que fazem depender a vida de muitas e muitas pessoas, de muitos e muitos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Houve quem dissesse aqui que saiu de alma cheia de uma sessão protocolar que ocorreu esta semana. Dessa sessão, os pescadores saíram de bolsos vazios e sem esperança.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: O Governo promete, Sr. Secretário, e não paga. Incumpe porque não paga. O Sr. Presidente do Governo compromete-se e não paga. Isto é incumprir.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): O PS não apoia as atividades emergentes, Sra. Deputada.

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: O Sr. Secretário quer falar de futuro, quer falar de um mar sem pescadores e de uma economia sem pescas. É o futuro que este Governo nos reserva.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): É falso!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está, assim, encerrada esta interpelação.

Sr. Deputado Paulo Gomes, pede a palavra para...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para informar que vamos entregar a V. Exa. uma notícia de 2014 relativamente a uma redução de 25 % na quota do Goraz, em que o governo de então disse: “É um mal menor.” Vou entregar a V. Exa.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar a sua comunicação, será distribuída às Sras. e aos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Carlos Silva, para uma interpelação, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para solicitar um intervalo regimental de 20 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido. Encerramos o nosso trabalho. Regressamos às 15 horas, com a agenda.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos entrar no ponto 14 da nossa agenda, **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 28/XIII — “Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG)”**. É apresentado pela Representação Parlamentar do PAN e para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, alertando-o para as novas regras da utilização desta figura regimental.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar não incumprir com as regras que todos nós aceitámos.

Na semana passada, em que se celebram 18 anos de idade de IVG em Portugal, é urgente recordar que, na saúde, o tempo conta, todos os segundos contam e muitas vezes podem ser a diferença entre a vida e a morte e entre a urgência e a emergência.

O acesso à saúde sexual reprodutiva, sobretudo à IVG, é um direito cujo exercício tem um prazo legal, pelo que urge assegurar o acesso, eliminando barreiras.

O deficiente acesso a opções seguras motiva o recurso a procedimentos clandestinos com complicações de saúde, que colocam em risco a vida e a integridade das mulheres, gerando uma subcarga do Serviço Regional de Saúde.

A desigualdade no acesso a cuidados de saúde feminina perpetua ciclos de pobreza, exclusão e marginalização das mulheres, fruto dos papéis de género muito enraizados. Essa é uma forma de discriminação de género nos Açores.

Urge identificar e eliminar essas barreiras no acesso à IVG, assegurando equidade no acesso a serviços de saúde, independentemente da condição socioeconómica ou geográfica, promovendo um sistema de saúde mais justo e inclusivo.

A manifestação que ontem teve lugar à porta da Assembleia é bem demonstrativa da urgência desta iniciativa.

Em suma, o PAN pede urgência apenas devido à discriminação negativa que existe entre as portuguesas, que dependendo de onde moram, geograficamente, são discriminadas.

E mais ainda, mesmo entre ilhas, dependendo das ilhas onde moram, são discriminadas, em detrimento de outras ilhas.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução aqui apresentado pelo Deputado Pedro Neves a todos nos convoca, merece a nossa melhor atenção.

Desde 2007 e com a aprovação das alterações ao artigo 142.º do Código Penal, a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção da gravidez, desde então, o acesso à interrupção está disponível a todas as mulheres, inclusive às mulheres açorianas.

Facto é que, desde o início, esta situação esteve condicionada pelo exercício do direito à objeção de consciência que assiste, quer aos médicos, quer aos que restantes profissionais de saúde e que está prevista na própria lei.

Conforme está previsto nos Açores, assim como em todo o país, às mulheres que optem pela interrupção voluntária de gravidez sempre foi e continua a ser-lhes assegurada uma resposta clínica segura e em tempo adequado e útil, como não pode deixar de ser, nomeadamente através do encaminhamento para outras instituições de saúde, sejam na Região ou fora, no território continental, que efetuem este serviço, a expensas do Serviço Regional de Saúde, sempre e apenas, quando não há recursos disponíveis, em semelhança do que acontece para um conjunto de outros procedimentos médicos, no âmbito da assistência à saúde da população.

Importa aqui — porque esta é uma questão importante — também lembrar, e para aquilo que é o sério esclarecimento de quem nos ouve, de que o direito à objeção que assiste os profissionais de saúde, por via dos seus códigos deontológicos, deve também ser compreendido e respeitado e cabe, efetivamente, ao Serviço Regional de Saúde garantir uma resposta alternativa, o que tem vindo a acontecer.

A proposta aqui apresentada...

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: ... extravasa o domínio da saúde, *per si*, obriga-nos a uma reflexão profunda e, portanto, achamos que não é compatível com uma pressão do tempo, pelo que votaremos, apenas por esse motivo, contra a urgência e debateremos este assunto em comissão.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA não acompanha esta urgência e até digo mais: urgente não é virmos aqui falar de aborto, é falar de natalidade. Nós precisamos é de mais crianças. Tudo o resto é secundário.

Já existe a lei — até na minha opinião pessoal, excessiva — , querem alterar excessivamente. Eu não concordo com nada disso e até por um princípio básico, o princípio básico da vida e, por uma coisa que é bom começarmos a dizer em voz alta: o aborto não é um método contraceptivo!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos fundamentais que devem ser protegidos e reforçados e que não podem, de forma alguma, ser enfraquecidos ou retirados.

Estamos a falar de cuidados de saúde, cuidados de saúde às mulheres, cuidados de saúde que são imprescindíveis, que são um direito que lhes assiste.

Qualquer constrangimento ou dificuldade à concretização desse direito é algo que deve merecer, de todos os que têm assento neste Parlamento, uma reflexão profunda, naturalmente, mas que, em função daquilo que são as estatísticas conhecidas, a

propósito dos Açores e da realidade dos Açores, convoca a que o assunto seja tratado com a necessária urgência.

O que nos propõe o PAN é que esse assunto seja devidamente debatido em comissão e que assuma um caráter de urgência nesse tratamento na comissão devida e o Partido Socialista é favorável a que esse assunto tenha um tratamento urgente na comissão respetiva.

Nós temos sido convocados, por diversas vezes e vamos ser hoje ainda durante o resto da tarde, a deliberar sobre a urgência e sobre a natureza urgente das iniciativas e o tratamento dessas urgências em comissão.

Temos sido, até agora, de alguma forma condescendentes com as propostas que alguns dos partidos fazem em matéria de tratamento urgente.

Porque entendemos que a avaliação da urgência, como aqui já foi invocado, também parte muito dos partidos e daquilo que é o entendimento que cada um tem, sobre essa urgência.

Se dúvidas houve quanto a outras urgências apresentadas, a verdade é que, neste caso em concreto, não resta, ao Partido Socialista, qualquer dúvida sobre esta matéria.

Nesse sentido, o Partido Socialista, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... votará a favor do tratamento urgente deste assunto na comissão respetiva.

Obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta urgência que estamos agora a debater, deste projeto de resolução do PAN, sobre a interrupção voluntária da gravidez, é exatamente pelo facto de este ser um assunto e uma matéria importante, que merece a nossa reflexão. É importante para a nossa sociedade, importante em termos da saúde e, por isso mesmo, acho que não se coaduna com termos aqui uma urgência e tentar, de uma forma célere, estar a discutir esta temática, exatamente pela importância e pela dimensão que este assunto tem. Por isso, o Grupo Parlamentar do CDS não irá acompanhar esta urgência.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Questiono a Câmara se há mais alguém que queira intervir.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência do projeto de resolução do PAN, relativo ao acesso à IVG nos Açores, tendo em conta a realidade que nós conhecemos na Região e as claras limitações ao acesso à IVG existentes, nomeadamente e desde logo, porque em apenas

um hospital da Região é realizado esse procedimento, leva-nos claramente a concluir que analisar este projeto de resolução com urgência é importante.

Porque o direito à saúde, que é disso que se trata, e o direito à IVG em particular, é garantia de um direito humano. Considerando todos esses obstáculos existentes, se há assunto, no que diz respeito à saúde na Região, que merece também um tratamento urgente é este.

Os pedidos de urgência têm sido muitos, ao longo do tempo, em cada plenário e teremos mais ainda em seguida, mas de facto, este, não só pelo carácter simbólico da semana que atravessamos, tendo em conta os 18 anos do segundo referendo ao aborto, em que o sim venceu, que levou à consagração desse direito na lei, isso leva a que os constrangimentos e os obstáculos que existem, neste momento, levam a que, claramente, este assunto deva ser tratado com o carácter de urgência no Parlamento, para que, independentemente das soluções que se possam encontrar, se encontrem ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já.

... caminhos para tornar efetivo o acesso, sem obstáculos, à IVG nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir os argumentos de algumas bancadas, parece que o PAN pediu uma urgência com dispensa de exame em comissão. Não é o caso, foi apenas uma urgência para que seja urgente, dentro da comissão, para que haja uma prioridade, para que haja celeridade dentro da própria comissão, para que seja debatido por todas as bancadas e para que a sociedade civil também esteja sensibilizada e que dê também a sua opinião, que é aquilo que nós pretendemos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas a questão é se quer discutir isto de uma forma fugaz ou de uma forma ponderada!

O Orador: Não queremos discutir, nem debater no Parlamento hoje. Nada disso, é só urgência em comissão.

Lamento apenas que, pelos vistos, não há urgência neste caso, neste tema, neste objeto, há outras urgências que nunca são urgentes, mas que são sempre aprovadas neste Parlamento.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos votar este pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 28/XIII, Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 28/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos assim avançar para o ponto 15 da nossa agenda, **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 30/XIII — “Realização de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para transporte de doentes não urgentes”**. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A realidade financeira das corporações de bombeiros voluntários que efetivam o transporte de doentes não urgentes é cada vez mais precária, com o passivo a aumentar olhos vistos, em virtude da inadequada dotação atualmente prevista, que não reflete o real custo desta operação.

A falta de uma compensação justa e adequada gera desmotivação e incapacidade das associações em garantir a continuidade deste serviço, cuja suspensão pode levar a um aumento do número de deslocações não realizadas, resultando em consequências negativas para os utentes que deles dependem e podendo contribuir para o aumento de complicações de saúde que poderiam ser evitadas, se assegurado um acesso adequado e atempado aos serviços de saúde.

As queixas das corporações que vieram a público são o reflexo de uma inevitabilidade que iria acontecer.

Esta iniciativa já era urgente há uma década.

Obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 30/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência n.º 30/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, para a apresentação da iniciativa. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Parlamento Regional configura um núcleo de discussão e iniciativa, onde o bem-estar e as necessidades da população açoriana devem constituir prioridade, e onde se deve igualmente distinguir quem diariamente personifica resiliência, altruísmo e coragem, no contributo para a segurança de todos e cujo mérito não pode ser subestimado.

A hombridade, dedicação e profissionalismo dos bombeiros são inestimáveis e demonstrativos de generosidade, enquanto garantes de uma rede de cuidados de saúde segura, não raras vezes sendo a primeira linha de socorro em locais desprovidos de auxílio. A prontidão e a capacidade de resposta destes profissionais fazem a diferença entre a vida e a morte em situações críticas, sendo que a sua atuação aumenta, de forma significativa, a resiliência das comunidades, reduzindo o impacto de calamidades, às quais os Açores se encontram especialmente vulneráveis, pelo que a justa compensação e reconhecimento desta atividade se prefiguram essenciais na garantia da continuidade e da excelência dos serviços prestados à comunidade, como é o caso do transporte de doentes não urgentes.

Não raras vezes, nesta Assembleia, aquando da apresentação de diplomas em prol desta classe, emerge inevitavelmente o reiterado desinvestimento deste Governo no que respeita às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, num arquétipo que resvala para o gracejar destes profissionais, numa tentativa de turvar perceções claras com ações desprovidas de substância, cenário que se repete no transporte de doentes não urgentes. É mais uma evidência clara da ausência da remuneração adequada a esta atividade, com prejuízo para os utentes que dela dependem diretamente para o acesso a cuidados médicos, e que agora enfrentam a sua iminente suspensão.

Em 2022, esta Assembleia aprovou por unanimidade uma iniciativa do PAN que visava responsabilizar o Governo pela compensação dos custos incorridos pelas associações de bombeiros no transporte de doentes não urgentes. Nem um euro foi dado às Associações Humanitárias pelo preço remanescente por cada quilómetro.

Neste momento, as associações humanitárias encontram-se a suportar parte dos custos inerentes ao transporte de doentes não urgentes, situação que agrava a já preocupante sustentabilidade financeira, que há muito se encontra no limiar do estrangulamento, com um passivo insustentável que compromete a continuidade da prestação de serviços.

De ressaltar que o valor pago pelo Hospital de Ponta Delgada pela prestação deste serviço está significativamente aquém do que é compensado pela Unidade de Saúde de São Miguel, evidenciando uma disparidade que desvaloriza o trabalho destes profissionais, sem prejuízo de não refletir o real custo desta operação, exacerbada em virtude do incêndio que deflagrou na maior unidade de saúde da Região.

Porquanto, é nossa intenção assegurar que as associações de bombeiros possuam os meios necessários à prestação deste serviço, bem como colmatar as lacunas financeiras existentes no transporte de doentes não urgentes, estipulando que o valor protocolado deva compensar a diferença entre o montante atualmente pago pelas entidades contratantes e o valor ideal de 0,90€ por quilómetro percorrido.

É nossa obrigação garantir a manutenção da prestação deste serviço, assegurando a mobilidade dos utentes em situação vulnerável, e garantindo um sistema de saúde robusto e acessível, sob pena de comprometer a segurança e a saúde da população açoriana e fomentar a privatização de um serviço que deve ser público e acessível a todos.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs., Membros do Governo:

Sim, mas...

Não foram poucas as vezes que noutros debates nesta Assembleia, a Iniciativa Liberal levanta o problema da desadequação do preço pago pelo transporte ao quilómetro ao transporte de doentes não urgentes na Região Autónoma dos Açores.

Chegámos, inclusivamente, aqui a dizer que, muitas vezes, as associações humanitárias de bombeiros voluntários da Região pagavam para prestar esse serviço.

E, portanto, neste sentido, acompanhamos a preocupação do Sr. Deputado Pedro Neves e das associações humanitárias de bombeiros voluntários, mas a Iniciativa Liberal tem sido crítica e tem alertado, muitas vezes, para a necessidade de a Região controlar o crescimento da despesa corrente, para que a receita possa obviar às mesmas.

Mas esta recomendação do PAN não obriga, obviamente, o Governo a fazer este aumento de despesa, mas querendo, pode fazê-lo, tem é de diminuir noutro lado qualquer. E, neste sentido, fica o Governo com esta responsabilidade entre mãos. Ou quer dar aos bombeiros e cortar noutro lado qualquer, ou não quer dar aos bombeiros e entende não dar aos bombeiros.

Mas, reitero, é preocupação da Iniciativa Liberal e acho que devia ser de preocupação desta Câmara e de todos os membros do Governo fazer um esforço claro, inequívoco e material para reduzir a despesa corrente na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Nuno Barata.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA reconhece, de facto, a importância vital das corporações de bombeiros dos Açores, para a segurança e o bem-estar da população.

Desde sempre, o CHEGA tem-se mostrado solidário com os bombeiros, colocando-se ao lado das suas reivindicações e contribuindo, sempre que pode, para a melhoria das suas condições de trabalho.

Há já algum tempo que temos ouvido as corporações de bombeiros a se queixarem, precisamente, do valor pago por quilómetro no transporte dos doentes não urgentes, principalmente em São Miguel. Fomos aos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, também estivemos com os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande e este tem sido um problema grave para estas corporações.

Enquanto a unidade de saúde de ilha já atualizou esse valor, o Hospital de Ponta Delgada teima em não atualizar, o que tem trazidos muitos problemas de tesouraria às corporações dos bombeiros.

Só a título de exemplo, sabemos que os bombeiros da Ribeira Grande, que prestam este serviço ao Estado, estão a perder cerca de 7 mil euros mensais de receitas, porque o preço por quilómetro do transporte de doentes não urgentes, por parte do HDES, não é um valor justo.

O mesmo se passa nos Bombeiros de Ponta Delgada que em janeiro a prestação deste serviço representou uma perda de receita de 39 mil euros.

São valores insuportáveis para estas corporações de bombeiros e para as restantes do arquipélago dos Açores.

Não conseguimos entender esta discriminação de valores, entre as unidades de saúde de ilha e o Hospital de Ponta Delgada.

Desde 2014, que o valor pago pelo Hospital de Ponta Delgada é de 65 cêntimos por quilómetros, enquanto a unidade de saúde ainda está a praticar, atualmente, 90 cêntimos e em 2026 será 95 cêntimos.

Por considerarmos que este diploma vem resolver esta discriminação, vamos votar favoravelmente esta proposta do PAN.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre o projeto de resolução que estamos a analisar, quero, antes de mais, fazer um ponto prévio para referir que os hospitais e as unidades de saúde da ilha da Região prestam um conjunto alargado de tratamentos, desde fisioterapia de hemodiálise, serviços de oncologia, entre outros, que não sendo urgentes, são vitais para a sobrevivência e recuperação dos doentes que deles necessitam.

Face às características dessas doenças e muitas vezes às idades associadas às mesmas, os pacientes não têm capacidade ou forma de se deslocar, sendo, nesses casos, garantido o transporte pelas unidades do Serviço Regional de Saúde, através de protocolos celebrados com as associações de bombeiros.

E para que os nossos doentes passassem a aceder a esses tratamentos e a essas consultas, existe, desde 2014, uma resolução do Conselho de Governo que aprovou o Regulamento da Prestação do Serviço de Transporte Terrestre de Doentes, nomeadamente, o transporte não urgente de doentes.

Sobre isto, convém relembrar que, até 2014, os doentes eram transportados aos hospitais de duas formas: eram considerados sempre como doentes urgentes e, portanto, entravam no cômputo do transporte em ambulância normal, ou eram transportados de táxi, ou então cada família transportava os seus doentes, como bem entendia e podia.

Em 2014, o Governo Regional, em conjunto com as associações de bombeiros e com a Federação dos Bombeiros dos Açores, entendeu que podia ser feito um *upgrade* (digamos assim) a este processo e dar maior dignidade ao transporte de doentes não urgentes.

E assim, foi individualizado esse transporte de doentes não urgentes e foram certificadas as associações de bombeiros e também algumas empresas para fazer esse transporte e foi garantida e formalizada a forma e estipulado o valor a pagar, por cada doente transportado pelas associações.

Foi este o procedimento que foi adotado e que, ao longo dos anos, foi sendo analisado, corrigido e atualizado na forma e no valor a pagar, para atender à evolução dos custos inerentes a este serviço.

Deputado Flávio Soares (PSD): Isso é falso. Então o senhor não sabe que, desde 2014, não há atualização?

O Orador: E assim chegámos à atualidade e, apesar de ser prestado o mesmo tipo de serviço, existe discrepância dos valores pagos às associações de bombeiros pelas diversas unidades do Serviço Regional de Saúde e hoje são várias as associações que reclamam por essa atualização do valor a pagar e, acima de tudo, reclamam por pagamento a tempo e horas.

Esta situação está a criar enormes constrangimentos financeiros às associações de bombeiros, podendo colocar em risco, em alguns casos, a realização do transporte não urgente de doentes, com consequências graves para os utentes.

Pelo exposto, urge clarificar esta situação e salvaguardar a continuidade dos tratamentos e, sim, urge uniformizar preços a pagar e, acima de tudo, garantir que sejam pagos a tempo e horas.

Para terminar e sobre este assunto da necessidade de uniformização do preço por quilómetro, vamos apenas questionar e inteirarmo-nos sobre a questão entre o HDES e a unidade de saúde de São Miguel e sobre os atrasos no pagamento.

Basta lembrar as declarações do Presidente da Associação de Bombeiros de Vila Franca, no dia 4 de fevereiro, que denunciou e cito: “continuamos a reivindicar justiça no pagamento dos transportes de doentes não urgentes do HDES. Se o quilómetro fosse pago pelos valores da unidade de saúde, nós tínhamos recebido mais 29 800 euros em

2024, na mesma ilha, na mesma cidade, no mesmo concelho, na mesma freguesia, os mesmos carros, tudo igual e o HDES paga menos e tarde.”

E acrescentou e continuo a citar: “nos últimos 3 anos, deixamos de receber do HDES cerca de 50 mil euros porque o quilómetro não é pago aos valores da unidade de saúde de São Miguel, que paga mais e a horas.”

Por tudo isto, questiono a Sra. Secretária: quando serão pagos os valores em dívida às associações de bombeiros pela prestação do transporte de doentes não urgentes e se o Governo confirma as declarações do Sr. Presidente da Associação de Bombeiros de Vila Franca?

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos nós, ao longo da última legislatura e nesta legislatura também, temos sido fortes apoiantes dos nossos bombeiros. Temos apresentado inúmeras iniciativas que vão ao encontro das reivindicações dos nossos bombeiros e nunca os bombeiros dos Açores e o Serviço Regional de Proteção Civil foi tão discutido, debatido e apreciado nesta Casa. Isto não é uma iniciativa do PAN, nem do PSD, nem do PS, é uma iniciativa de toda a Assembleia, que inclui obviamente o Governo Regional dos Açores.

Mas, também é importante nós termos aqui noção de que nunca, em tão pouco tempo, se conseguiu resolver tantos problemas do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Eu sei que o Partido Socialista, muitas das vezes, ou a maior parte das vezes, não quer que falemos do passado, não quer que se fale da pesada herança que deixou a este Governo, mas o que é certo é que tem sido o Governo liderado por José Manuel Bolieiro que tem ido ao encontro das maiores reivindicações dos bombeiros. Nós podemos elencar mais de dez (pelas pesquisas que fiz) majorações, regalias, vantagens para os bombeiros, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não pagam!

O Orador: ... mas vou enumerar apenas cinco: falo-vos do aumento dos salários dos bombeiros; ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... falo-vos da aquisição de ambulâncias; ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Bem lembrado.

O Orador: ... falo-vos da aquisição de viaturas vermelhas que, pasme-se, há mais de 10 anos que não havia qualquer aquisição de viaturas vermelhas na nossa Região; ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma vergonha!

O Orador: ... falo-vos do novo modelo de financiamento, que era uma reivindicação da Federação de Bombeiros dos Açores, também há mais de 10 anos; ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... falo-vos da adaptação do subsídio social dos bombeiros que só foi feita no ano passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a incomodar, não é?

O Orador: E o que é que inclui este subsídio social do bombeiro, por exemplo? Inclui que o Governo Regional irá assumir a parte que dizia respeito aos bombeiros, que era 50 % do montante que era disponibilizado.

E, portanto, para além das viaturas, para além das infraestruturas, nós estamos aqui também a valorizar o bombeiro, enquanto pessoa. O futuro e o presente desses mesmos bombeiros.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E, por tudo isto que eu estou aqui a elencar, é demonstrativo que é falso, que é errado que este Governo Regional não se preocupa com o serviço regional e com os bombeiros dos Açores.

Eu percebo que o PAN esteja concentrado na crítica.

Nós, não, Sr. Deputado, estamos concentrados em encontrar soluções.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Neste momento, o orador mostra um gráfico à Câmara

O Orador: Desde 2020, é este o aumento dos protocolos e dos apoios: passou de 5.31 milhões de euros para 9.45 milhões de euros.

Neste momento, o orador exhibe diversos gráficos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Nas comunicações e equipamentos passou de pouco mais de 600 mil euros para perto de 4 milhões de euros.

Na formação — à qual damos realmente importância à formação dos nossos bombeiros, para melhor assegurar o serviço que é prestado — tínhamos um orçamento de 194 mil euros e agora é de 360 mil euros. Mas, para nós, efetivamente, o que desmonta esta atitude do Partido Socialista, pela intervenção que realizou, mas também o que desmonta aquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves na apresentação do diploma é este gráfico e que já o apresentei no domingo passado.

Neste momento, o orador exhibe um gráfico.

Quando este Governo Regional entrou para a liderança da Região, estavam contemplados no orçamento de 2020, 8,44 milhões de euros. Sabem qual é o valor no ano de 2025? 13,98 milhões de euros, ...

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: ... portanto, um aumento de perto de 50 % no valor que nós estipulámos para o Plano e Orçamento de 2025.

E, portanto, se isto não é demonstrativo, se isto efetivamente não prova que este Governo Regional está preocupado e está a assumir a liderança de resolver os problemas dos bombeiros dos Açores, então eu não sei o que demonstra.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Flávio Soares.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só ia pedir à Mesa, se o Sr. Deputado Flávio Soares poderia dar aquele gráfico, porque eu tenho um gráfico diferente, relativamente aos quilómetros. O meu é descer, o dele é subir e eu não percebo. Se puder enviar à Mesa para eu saber se tem a ver com o objeto que está a ser discutido agora, ou se está a falar de um todo, de uma forma mais díspar.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Flávio, para uma interpelação para ceder os gráficos.

(*) **Deputado Flávio Soares** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, só para dar nota que vou efetivamente ceder o gráfico que mostra a evolução do plano e investimentos para 2025 e que diz que 2020 era 8,44 e 2025 é 14,98.

E, portanto, eu não sou formado em matemática, mas penso que 14,94 é superior a 8,44.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O transporte de doentes não urgentes é um transporte especializado, prestado pelas associações de bombeiros voluntários na Região Autónoma dos Açores e, como tal, é um transporte insubstituível e fundamental para muitas pessoas, muitos doentes que,

sem ele, até pela sua condição de saúde, teriam inúmeras dificuldades, senão a total impossibilidade, em se deslocarem aos serviços de saúde.

Desde logo, isso dá a ideia da importância deste serviço que não pode ser descontinuado e que tem de ser garantido. O que é preocupante, neste contexto, é que tenha sido necessário chegar ao ponto de as associações de bombeiros da ilha de São Miguel chegarem ao limite de terem de dizer publicamente que estaria em risco o transporte de doentes não urgentes, em caso de não atualização do valor por quilómetro, no caso do hospital de Ponta Delgada.

Isso é um sinal preocupante. É um sinal de que as cooperações de bombeiros estão numa situação — relativamente a este serviço que é prestado — limite, e aqui nós não estamos a falar de nenhum tipo de apoio, nenhum tipo de subsídio, ou algo que se pareça. É um serviço que é prestado, o Governo, neste caso o hospital, ou a unidade de saúde de ilha, contrata um serviço que é prestado e tem que ser pago como qualquer outro.

E é para nós difícil compreender porque é que, na mesma ilha (para já não falar na Região inteira, mas vamo-nos focar, desde logo, na mesma ilha) há preços diferentes para transportar doentes, quando o preço é contratado pela unidade de saúde de ilha e é um preço diferente para o hospital? Certamente haverá uma razão, mas eu deixo essa dúvida, porque, no caso do centro de saúde de Ponta Delgada e do hospital, eles ficam lado a lado e não será certamente pela distância. Haverá talvez outras razões, mas a verdade é que essa diferença, essa disparidade de valores, não está claramente a deixar satisfeitas as associações de bombeiros.

E, nesse sentido, como é óbvio, acompanhamos a proposta porque ela procura criar um mecanismo de uniformização. Até poderá haver outro; agora, parece-nos que há a clara necessidade de uniformizar o valor que é pago ao quilómetro, porque, sendo o mesmo serviço, esse serviço que deve ser pago de forma idêntica.

Como é óbvio, os serviços de saúde precisam desse transporte, que tem de ser adequadamente financiados e o facto do hospital de Ponta Delgada não pagar o mesmo

valor, e haver até queixas de atrasos, é claramente mais um sintoma do subfinanciamento, da incapacidade que o hospital tem de cumprir com as suas obrigações com os fornecedores e, no caso, os bombeiros são também fornecedores do hospital, fornecedores de um serviço. Quando se fala de fornecedores, não estamos a falar sempre de multinacionais, estamos a falar também, neste caso, de associações sem fins lucrativos, para as quais este serviço é também uma fonte de receita importante. É um serviço que é prestado e sendo um serviço que é prestado, tem custos: de equipamentos de combustível e custos de mão de obra, nomeadamente dos bombeiros que operam os veículos. Por isso, ele tem de ser pago e tem de ser encontrado um mecanismo que garanta uma uniformização do preço.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O subfinanciamento da corporação dos bombeiros é um problema crónico na Região Autónoma dos Açores. Não tem 4, nem 5 nem 6 anos, advém dos sucessivos governos socialistas.

Deputado José Ávila (PS): O senhor sabe o que é que está a dizer?!

O Orador: E basta olhar para as corporações e ver que a deterioração do seu parque automóvel é inquestionável, a falta de equipamentos, a formação também foi praticamente abandonada.

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Os salários não foram atualizados, levando mesmo ao desinteresse dos jovens açorianos a aderirem às corporações dos bombeiros, ...

Deputada Isabel Teixeira (PS): Cruzes!

O Orador: ... levando ao envelhecimento de muitos corpos de bombeiros.

Não vou ser repetitivo, porque o Sr. Deputado Flávio foi extremamente exaustivo e muito clarificador nas matérias de melhoramento; queria só deixar aqui uma nota de que nós passámos de 8 milhões de investimento nos bombeiros regionais, para 14 milhões.

Deputado José Ávila (PS): É só milhões, mas pagar depois vai-se ver!

O Orador: E não há nada mais claro, nada mais elucidativo para os bombeiros desta Região, que o primeiro voto contra o orçamento e abstenção seguinte do orçamento, por parte da bancada socialista.

Desta forma, contra factos, não há qualquer tipo de argumento, porque o PPM está e estará sempre do lado dos bombeiros. O PPM reconhece a importância dos bombeiros, ao longo destes últimos anos e no passado, na Região Autónoma dos Açores, que, mesmo em sacrifício das suas corporações, nunca viraram as costas aos açorianos e agora cabe-nos a nós também não virar as costas aos bombeiros da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, seria possível informar como é que chegou àquele valor dos 91 cêntimos? Qual foi a base de cálculo? A minha pergunta prende-se com a

necessidade de que o Serviço Regional de Saúde pague o valor justo e que seja um valor que efetivamente cubra os custos que a corporação tem por quilómetro.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar, reconhecer a importância que todos os bombeiros têm para o Serviço Regional de Saúde, independentemente das suas funções, que são variadas, mas gostaria de dizer, mais uma vez, publicamente, que o Serviço Regional de Saúde reconhece a importância destes homens e pelo trabalho que diariamente prestam, porque é um trabalho de excelência nas várias vertentes e é um trabalho que o Serviço Regional de Saúde não pode, certamente, dispensar.

Queria também dizer que, reforçando aquilo que já foi dito nesta Assembleia, hoje, o financiamento às associações não se esgota no transporte de doentes não urgentes. Este Governo da coligação — quer este, quer o anterior — tem feito um esforço para ir ao encontro daquilo que são as necessidades, reconhecendo que não vamos conseguir dar tudo de uma vez só, mas que esse caminho está a ser feito, não só pela Secretaria Regional da Saúde, mas, com esta alteração orgânica, pela Secretaria Regional das Alterações Climáticas. Porque efetivamente aquilo que foi a realidade encontrada em 2020 era algo que não estávamos à espera, desde já, pela necessidade da troca de equipamentos de proteção individual, reforço da frota automóvel, o desgaste das ambulâncias, a frota vermelha, como também já foi aqui mencionada. Houve efetivamente necessidades que foram sendo identificadas e que naturalmente, ao longo do tempo, serão repostas, mas que não conseguimos repor tudo de uma vez só.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E esse trabalho, o Governo Regional está a fazê-lo e irá continuar.

Queria também dizer, ou relembrar, esta Assembleia que, curiosamente, o regulamento do serviço de transporte terrestre de doentes não urgentes na Região foi criado através de resolução de Conselho de Governo no ano de 2020.

Quem governava nessa altura a Região ainda não era o Governo de coligação, mas curiosamente, nesse mesmo regulamento não houve qualquer alteração ao valor por quilómetro pago por este serviço, que prevalecia desde 2014. Só em 2023 é que foi revisitado este regulamento e que foi feita uma atualização ao valor pago por quilómetro.

E, portanto, queria dar nota desta situação, porque efetivamente foram aqui ditas coisas que penso que terão de ser esclarecidas.

A mesma regulamentação também dá liberdade às unidades de saúde de ilha e às diferentes instituições para negociarem o valor diretamente com as associações de bombeiros voluntários. Por isso é que há unidades de saúde que pagam preços diferentes do que aqueles que estão em vigor.

Não quer com isto dizer que, após a aprovação de uma resolução nesta Casa, haja uma instituição que paga um valor abaixo, quando foi votado que seria 70 cêntimos por quilómetro.

De facto, essa situação aconteceu, foi a única instituição do Serviço Regional de Saúde e, portanto, acho que isso esclarece bem que não houve qualquer indicação da parte da tutela para que isso acontecesse, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque as outras instituições pagam, no mínimo, o valor que está acordado. Mas também será de bom tom dizer que há instituições que já pagam acima desse valor, porque têm essa possibilidade. Nós reconhecemos as distâncias e os quilómetros que são feitos pelas corporações e que não são iguais e, naturalmente, a despesa associada a esse transporte não é igual para todas as corporações.

Gostaria também de dar nota a esta Assembleia que, após as notícias que vieram a público, o próprio Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo já

diligenciou no sentido de se perceber o que é que aconteceu aqui, porque efetivamente houve uma falha. Já há dois dias, aconteceu uma primeira reunião, no sentido de se apurar, o que é que aconteceu com uma das associações visadas e não há outra forma, aquilo que tem de acontecer é um apuramento dos valores em falta desde 2023 e esses valores serem pagos às instituições.

É nesse sentido que o Conselho de Administração está a trabalhar. Já está marcada uma segunda reunião para o dia 27 de fevereiro, para se repor esta situação que aconteceu de forma indevida e, portanto, tem de ser acautelada.

Também gostaria de dar nota que, apesar desta situação que aconteceu, aquilo que nos traz hoje aqui deixa-me apreensiva e gostaria de saber se o Sr. Deputado Pedro Neves tem noção do impacto financeiro que esta alteração acarreta para cima das instituições e do Serviço Regional de Saúde, porque efetivamente com base naquilo que é o histórico, ele é avultado. Estamos a falar de 1 milhão de euros que não constam no orçamento e confesso que é algo que, enquanto governante, deixa-me apreensiva.

Para terminar, também gostaria de dar nota que, efetivamente, reconhecemos que durante o incêndio, e não só, os bombeiros tiveram todos um papel fundamental. Reconhecendo que havia uma sobrecarga naquilo que era a procura ou que podia vir a ser a resposta dada, no âmbito da dispersão das instituições, por iniciativa do Governo, houve uma associação de bombeiros onde foi permitida e foi paga pelo Serviço Regional de Saúde mais uma tripulação do que aquela que estava acordada, para dar uma resposta às populações.

Em suma, o Governo Regional reconhece aquilo que é o papel e a função das associações dos bombeiros voluntários. Assume que houve uma instituição que não pagou, conforme deveria ter pago e essa é uma matéria que será, naturalmente, corrigida.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste ponto da nossa agenda, o PAN traz-nos esta recomendação ao Governo Regional naquilo que concerne o transporte de doentes não urgentes do Serviço Regional de Saúde.

Daquilo que já foi o debate feito até agora e depois da intervenção da Sra. Secretária, acho que é de valorizar e ainda bem que se deu este passo, no sentido de existir esta negociação entre esta instituição, que foi identificada efetivamente esta falha, e isso parece-me de todo que é de valorizar, no sentido de ultrapassar todo este constrangimento.

A verdade é que todos reconhecemos que os bombeiros, nas suas diversas ações, são fundamentais na nossa Região, nas nossas ilhas, quer no transporte de doentes não urgentes, mas também em todos aqueles serviços que prestam nas nossas comunidades. A verdade é que o Governo Regional e este Governo Regional tem dado uma atenção especial aos nossos bombeiros e às nossas associações. Tem existido este esforço por parte do Governo Regional, no sentido de melhorar as condições dos bombeiros, quer das nossas associações. Desde logo, pelo novo modelo de financiamento, do subsídio social dos bombeiros, a renovação das frotas, a aquisição de viaturas, do reforço de tripulações, tem existido este esforço, por parte do Governo Regional, no sentido de melhorar as condições, quer dos nossos bombeiros, quer das associações humanitárias de bombeiros.

A verdade é que também é preciso dizê-lo e reconhecer (e isso foi sempre reconhecido pelo Governo Regional) todo o caminho que falta percorrer, no sentido de criarmos

aqui cada vez melhores condições, nomeadamente aos nossos bombeiros, mas é preciso reconhecer o esforço que tem existido, por parte deste Governo Regional.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E é preciso dizer que, apesar deste caminho e deste esforço que o Governo Regional tem feito (e realmente tem existido uma melhoria), ainda existe este caminho para percorrer e estas necessidades também advêm da situação em que estes bombeiros e estas associações humanitárias se encontravam antes sequer deste Governo Regional estar a governar. Já se sabia, à partida, do subfinanciamento que existia junto de muitas associações, da situação de muitos bombeiros da nossa Região. Por isso, não podemos fazer crer que a situação era perfeita em 2020 e que com este Governo Regional de coligação é que vieram e surgiram todos estes problemas.

Não, estes problemas e muitas situações estavam já antes identificadas. Todos nós que estamos nesta Casa, quer nas funções enquanto deputados, quer nas nossas comunidades, ouvíamos as associações de bombeiros, os bombeiros a relatar toda uma situação que já era difícil, é certo, mas é preciso reconhecer o esforço que tem existido, por parte deste Governo Regional, na melhoria, quer dos nossos bombeiros, do apoio a este serviço fundamental que estes prestam, quer às próprias associações humanitárias de bombeiros.

Muitas ou quase todas as unidades de saúde de ilha fizeram também esse esforço, no sentido de atualizar o valor pago dos doentes não urgentes nos nossos concelhos, nas nossas ilhas. Tem existido esse esforço, e é preciso também dizê-lo, por parte das unidades de saúde de saúde, das diversas ilhas.

Efetivamente existia e é de conhecimento público esta situação, relativamente a esta instituição e acho que é de valorizar este passo, que considero importante, no sentido de ultrapassar todo este constrangimento.

Muito obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, eu acho que ouvi bem e acho que são ótimas notícias.

Quer dizer que vai haver retroativos, relativamente ao valor desde 2023 para o HDES, para as associações de bombeiros? Se assim é, espetacular, não se pode pedir mais nada.

Exatamente aquilo que eu disse naquela tribuna é que não se tinha pago absolutamente nada relativamente a isso. Um problema que era o maior problema que nós tínhamos, que era o HDES, não das outras ilhas, não das unidades de saúde que fizeram uma alteração e fizeram muito bem, isto também para responder relativamente ao preço. No total, as contas que eu fiz era entre os 800 mil e 1 milhão e 200 mil, um bocadinho menos do que os 18 milhões de transportes do Bloco de Esquerda. Mas, eu fiz uma resolução, mesmo porque não poderia fazer de outra forma devido ao orçamento, mas seja uma resolução ou seja um decreto, o Governo só cumpre se quiser e nós conseguimos verificar isso ontem.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, sobre os valores, esses valores foram dados por uma média em 2023, pelos próprios bombeiros. É uma média que tem a ver com os consumos, tem a ver com a manutenção, tem a ver com todos os consumíveis, relativamente às próprias carrinhas e aos recursos humanos e o valor médio que tinham era 89,6 cêntimos por quilómetro. Havia um mínimo, que era o mínimo exigido, que era 85 cêntimos. Havia o máximo, que era confortável para os bombeiros, que seria 92 cêntimos.

Na altura, em 2023, eu fiz um projeto de resolução que era de 90 cêntimos, mas num acordo, o ex-Secretário Regional, Clélio Meneses, pediu para que nós inseríssemos 85 cêntimos, pelo menos, o mínimo do valor do quilómetro e foi isso que nós fizemos.

Agora, 90 cêntimos porquê? Já passaram uns anos, já houve inflação, já houve alguma alteração relativamente aos combustíveis e achamos que é mais do que justo ter os 90 cêntimos como baliza.

Vamos ser sinceros, 90 % desta resolução é feita para o HDES, porque nós sabemos que há outras ilhas que até têm um preço maior do que 90 cêntimos e, pelo menos eu conheço duas que já tinham maior, antes de 2020. Isso já aconteceu antes de 2020, por isso é que eu estou a dizer. Também é um elogio para o PS, não é só para o PSD.

E isto acontece nas outras ilhas. Só há um problema grave que é do HDES. Já havia antes, continua a haver, por isso é que este projeto de resolução foi apresentado aqui com urgência.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para registar aquilo que a Sra. Secretária assumiu, que existe a dívida e que esta mesma dívida já tinha sido também dada essa informação, através do Presidente da Federação de Bombeiros dos Açores, aquando da discussão em comissão do diploma que aprovámos em janeiro, do financiamento dos bombeiros e que dizia que realmente sobre o transporte de doentes havia um atraso 7, 8, 9, 10 meses e no valor de cerca de 500 mil euros.

Sra. Secretária, neste momento, falou noutros valores. Pergunto-lhe se confirma esta indicação do Sr. Presidente da Federação. Uma vez que referiu que existia e perguntou ao proponente se tinha as contas feitas para essa resolução, pergunto-lhe, em jeito de desafio, se tem os valores em dívida, e as respetivas antiguidades, dos três hospitais e

das nove unidades de saúde de ilha, às associações de bombeiros. E deu instruções para efetuar o pagamento das mesmas?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Flávio Soares — isso é quase de imediato, eu já sei.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária trouxe-nos aqui, uma vez mais, boas notícias e demonstra que a nossa preocupação deve ser na resolução de problemas. Aquilo que foi anunciado é que o problema está a ser resolvido, está a ser encontrada de uma forma mais justa para se resolver mais este problema que que nos foi deixado e, portanto, aproveito esta oportunidade, obviamente, para felicitar a Sra. Secretária e todo o seu gabinete, por todo o trabalho que tem sido realizado.

Nós acreditamos que esta resolução é extemporânea, tendo em conta também aquilo que foi anunciado pela própria Sra. Secretária, mas é também um pormenor e não ficava bem com a minha consciência se não o dissesse. Apesar de, no início da minha intervenção anterior, eu ter referido que é importante esta atualização, é justo, é um reconhecimento que tem de ser realizado, é um passo que o Governo Regional certamente dará nos próximos tempos, mas há aqui uma questão que me chamou a atenção, aquando da leitura que fiz da iniciativa. Porque eu tenho quase a certeza absoluta — obviamente, também tendo em conta ser uma iniciativa com urgência e dispensa de exame em comissão, ou seja, não tivemos a oportunidade de a discutir em comissão e de ouvir os intervenientes — mas eu acho que, quase de certeza absoluta, a maior parte das associações não quererão a realização de protocolos. O que as

associações querem foi aquilo que a Sra. Secretária anunciou: resolver o problema que nos foi deixado, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que se resolve o problema? É por debaixo da mesa? Não precisa papel?

O Orador: ... encontrar uma solução, sem mais burocracia, sem mais protocolos e foi isso a Sra. Secretária, e muito bem, anunciou e eu acho que é este o caminho que tem de ser feito.

A realização de protocolos só irá dificultar e irá trazer maior burocracia. Percebo a iniciativa do Sr. Deputado Pedro Neves, mas a resposta também que foi dada pela Sra. Secretária e pelo Conselho de Administração vem ao encontro da resolução desses mesmos problemas.

Tenho dito.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Flávio, o PAN não quer meter mais burocracia na engrenagem do Governo. Basta o HDES pagar mais de 90 cêntimos e deixa de haver protocolo. É extremamente simples, não é preciso papelada, não é preciso protocolo, não é preciso nada.

O HDES tem uma reuniãozinha, aliás, vai pagar os retroativos, paga mais, ou paga os 90 cêntimos e deixa de haver protocolo. Não há mais burocracia.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que, na minha intervenção, não referi sequer a palavra dívida. Estou aqui a falar deste projeto de resolução em concreto e assumo que não tenho, para já, até ao momento, esses valores aqui comigo, mas se o Sr. Deputado quiser ter acesso a eles, pode naturalmente fazer um requerimento ...

Deputado Carlos Silva (PS): Está na Comissão, Sra. Secretária!

A Oradora: ... e esses valores serão disponibilizados,

Queria também dar nota que tem sido notório aquilo que tem sido faturado e aquilo que tem sido pago, no âmbito desse mesmo transporte.

Portanto, desde já, reforçar que o valor que é pago entre as associações de bombeiros e as instituições, é negociado entre as próprias entidades. O Governo não interfere nessa negociação e é claro que, por exemplo, na Graciosa, onde o valor está acima daquilo que consta nesta resolução, se calhar não há outros custos que, por exemplo, o HDES, o HSEIT, o Hospital da Horta têm e, naturalmente, têm menos disponibilidade para subir o valor, uma vez que tem outros custos que uma unidade de saúde ilha não os tem.

Portanto, está no regulamento, esse regulamento foi aprovado em resolução do Conselho de Governo, em junho de 2020, ainda era o Partido Socialista Governo. Desde 2014, não aumentou esse valor e acho que fica aqui claro, da nossa parte, a disponibilidade de ir resolvendo, de forma faseada e consoante a disponibilidade, aquilo que são as necessidades destas associações.

Também gostaria de dar nota que, em 2022, no âmbito do transporte de doentes não urgentes, foram pagos 2,3 milhões de euros e que, em 2024, este valor já ascende os 3 milhões de euros. É uma verba significativa que tem vindo a crescer e que, naturalmente, será superior quando for feito o acerto dos retroativos que o HDES não pagou, não atualizou, desde 2023, que continuou com os 65 cêntimos, quando deveria ter feito os 70 cêntimos, mas isso será resolvido.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Vamos votar o projeto de resolução n.º 30/XIII, Realização de protocolos com as associações humanitárias de bombeiros voluntários para transporte de doentes não urgentes.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução n.º 30/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim o ponto 13 da nossa agenda. Passamos para o ponto 18,

Pedido de urgência da Anteposta de Lei n.º 10/XIII — “Alteração ao Código do Direito de Autor dos Direitos Conexos”. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA e para a justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA considera absolutamente injusto o pagamento à SPA (Sociedade Portuguesa de Autores) e à PassMusic das taxas de direitos de autor quando se trata de festas populares, religiosas ou bailes tradicionais.

Entendemos que essas taxas devem ter em conta a natureza do evento e da entidade que o organiza.

Trazemos este assunto com urgência porque, dentro de pouco tempo, vamos dar início nos Açores, por exemplo, às grandes festas do Espírito Santo, que acontecem em todas as ilhas e seria importante que essa questão já estivesse legislada, vai ser difícil nessa altura, mas, pelo menos, a ser discutida.

Para além disso, após as festas do Espírito Santo, todo verão é preenchido, até outubro, com festas paroquiais. Sabemos que são festas realizadas por populares, que vivem da boa vontade das pessoas e de quem as organiza.

Qualquer dia, podemos deixar de ter estas festas tão populares por causa desse excesso de burocracia.

Não pedimos a isenção total do pagamento dessas taxas, mas apenas um valor simbólico.

Entendemos que apenas deverá ser exigido 10 % do valor das taxas previstas.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Justificada a urgência, estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Marta Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda que o pedido de tramitação urgente de uma iniciativa seja uma faculdade regimentalmente reconhecida às Sras. e aos Srs. deputados, ou aos grupos e representações parlamentares, entendemos, porém, que o recurso a este tipo de processo legislativo não deve ser banalizado, nem deve ser normalizado e, infelizmente, é aquilo a que vimos assistindo em muitas situações, ultimamente, nesta Casa.

Impõe-se, em nosso entendimento, que a avaliação dos pedidos de urgência obedeça a critérios, ainda que subjetivos, de rigor, de coerência, de razoabilidade e é precisamente com base nessa avaliação e nesses pressupostos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende não se justificar o tratamento urgente desta iniciativa.

É uma iniciativa que, aliás, propõe alterações legislativas que devem ser analisadas com cuidado e com rigor, porque, para além disso, importa respeitar e atender o fluxo e o volume de trabalho das comissões e porque, na verdade, nós entendemos que esta iniciativa não é mais urgente que nenhuma das outras iniciativas que já está em curso, em comissão, algumas delas com data de admissão bastante anterior.

Não entendemos, por exemplo, que seja mais urgente que uma matéria como a interrupção voluntária da gravidez, que ainda há poucos momentos a urgência foi maioritariamente recusada nesta Casa.

Não é justo sequer que esta iniciativa tenha um tratamento prioritário em comissão, em relação às demais.

E é precisamente por estas razões que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não acompanhará favoravelmente o pedido de urgência em questão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD entende que esta matéria é efetivamente urgente.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é do CHEGA!

O Orador: É urgente porque a sua substância assim o determina.

Efetivamente, as organizações, muitas delas até informais, da nossa Região que levam a efeito festividades de caráter religioso, popular e tradicional estão sobrecarregadas com injustos e excessivos pagamentos de direitos de autor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só por insensibilidade social e má consciência cultural da identidade açoriana é que poderá dizer-se que esta não é uma matéria urgente.

Sim, ela é urgente porque, há muitos anos, nós vimos sentindo o clamor dessas organizações contra os custos excessivos a que estão sujeitas.

Mas, mais do que isso, Sr. Presidente, tratando-se de uma anteproposta de lei, ela ainda terá de ir para a Assembleia da República, o que significa que há uma tramitação processual que é mais demorada do que se tratando de um diploma exclusivamente regional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Total!

O Orador: E agora que nós estamos à beira do início do calendário das festividades religiosas e populares ao redor das nossas ilhas, é importante que esta matéria seja resolvida rapidamente pelas Sras. e pelos Srs. deputados deste Parlamento, que representam aqui o povo dos Açores.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista acaba de confessar o crime: quer acabar com a cultura, acha muito mais importante a discussão do aborto.

Cada um tem urgência que tem.

As nossas festividades, o nosso povo está acima dos devaneios de qualquer um e nós vamos continuar a batalhar por isso. Primeiro o nosso povo, a nossa tradição, a nossa cultura, contra o roubo que são as taxas dos direitos de autor.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a debater um pedido de urgência da anteposta de lei ao Código do Direito de Autor dos Direitos Conexos. Estamos a debater o pedido de urgência e não a iniciativa e aquilo que cada um de nós considera e pensa sobre os direitos de autor, a quem se devem aplicar, quais as exceções, eventuais reduções dos valores a pagar e até a forma como as entidades gestoras gerem ou distribuem essas receitas pelos respetivos autores. Esta é a outra discussão.

A discussão da urgência. Esta proposta é apresentada com urgência em fevereiro, quando no mês passado, o PSD, o CDS-PP e o PPM apresentaram também uma

anteproposta de lei que propõe alterar a mesma lei e agora, um mês depois, o CHEGA apresenta uma anteproposta de lei para alterar a mesma lei. Qual é o resultado disso, para quem nos está a ouvir? O resultado disto é, em caso de aprovação urgente, ou mais ou menos urgente, é chegarem duas antepropostas de lei à Assembleia da República, num período de dois meses, a alterar a mesma lei.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E?!

O Orador: Ora, os Deputados da Assembleia da República recebem, da Assembleia Legislativa dos Açores, duas propostas a alterar a mesma lei e eu pergunto: qual é a imagem que nós passamos do Parlamento dos Açores e do trabalho que se faz no Parlamento dos Açores?

Deputado José Pacheco (CH): Que vergonha!

O Orador: É porque se era tão urgente, porque é que o CHEGA não fez uma proposta de alteração à proposta da coligação, a esta mesma anteproposta de lei, aquilo que propõe agora?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Por isso, isto não é urgente, é apenas uma tentativa de ficar com algum tipo de bandeira, mas pondo em causa a imagem, a credibilidade e o prestígio desse Parlamento e isso nós não podemos acompanhar.

Deputado José Pacheco (CH): Que vergonha!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria que estamos a debater é a da urgência e não a do próprio diploma e, desse ponto de vista, parece-me que a proximidade das festividades religiosas que começa já nos próximos meses (mês e meio) , só por si, justifica a urgência deste debate.

Debate este, que não quer dizer que concordamos, porque corroboro aquilo acabou de dizer o Sr. Deputado António Lima e que também disse no debate da anteproposta de

lei que vai ser votada amanhã na Assembleia da República. Além de ser uma redundância com uma proposta de Iniciativa Liberal que já estava na Assembleia da República para ser debatida, esbarra (foi descoberto depois) numa regulamentação comunitária que não permite, nem à Assembleia da República, nem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores alterar o Código do Direito de Autor dos Direitos Conexos.

Neste sentido, vamos votar favoravelmente a urgência, mas alerto a Câmara para que este debate seja feito com mais alguma acutilância.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta urgência que é trazida pelo partido CHEGA, relativamente ao Código do Direito de Autor dos Direitos Conexos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP entende que esta matéria é urgente. É urgente, exatamente porque se aproximam as diversas festividades na nossa Região. Já este Carnaval, por exemplo, na ilha Terceira e na ilha Graciosa, que é tão afamado, terá este constrangimento? A verdade é que todos nós, ao contactar, nas nossas comunidades, com as diversas comissões de festas, sabemos que cada vez têm mais dificuldades em realizar as mesmas e têm mais custos para que estas festividades sejam realizadas. São festividades importantes nas nossas comunidades e, todos os anos, nos é transmitido todas estas preocupações, nomeadamente pelo pagamento destas taxas e a dificuldade que têm em cobrir todos os custos com que se deparam e para continuarem a realizar estas festividades.

Como tal, entendemos que esta é uma matéria urgente, por isso, vamos votar favoravelmente e algo que certamente não nos preocupa, ao contrário do Bloco de Esquerda, é o que é que os Deputados da Assembleia da República vão pensar sobre esta matéria, porque isso, efetivamente, não nos preocupa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se é verdade que é necessário pagar os direitos de autor, também é necessário perceber que esses direitos de autor são mais uma taxa, ...

Deputada Olivéria Santos (CH): E não chega aos autores.

O Orador: ... são mais um imposto, que é igual para todos, seja ela a festa recreativa, popular, lúdica, angariação de fundos ou, até mesmo, uma festa lucrativa. O que não me parece de todo justo, parece-me que as nossas festas populares são uma forma de os Açores mostrarem e fazerem vingar a sua cultura e os seus costumes e que têm muita importância, desde a nossa maior ilha de São Miguel, à nossa mais pequena ilha do Corvo, onde a própria Comissão de Festas no Corvo vive com imensas dificuldades e uma destas dificuldades é, precisamente, esta taxação.

Por isto, a Representação Parlamentar do PPM considera que é urgente, até porque, sendo uma anteproposta de lei, como disse o Sr. Deputado Joaquim Machado, terá outro tempo de tramitação na República.

Por isso mesmo, vamos acompanhar e aprovar a urgência nesta matéria.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição para o debate deste pedido de urgência.

Pausa.

Creio não existir, então vamos votar o pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 10/XIII, alteração ao Código de Direito de Autor dos Direitos Conexos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 10/XIII foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e com 23 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Encerramos assim o ponto 18 da nossa agenda e avançamos para o ponto 19, **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 31/XIII — “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que intervenha junto da SATA Internacional - Açores Airlines SA. (‘SATA’) a fim de alterar o local onde se situa a Base Aérea”**. Esta é uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA e, para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA pede a urgência na apreciação desta proposta por considerar que o transporte aéreo assume na Região Autónoma dos Açores um papel preponderante no seu desenvolvimento social e económico. Visto também que os especialistas na matéria afirmam que a localização da base aérea da Azores Airlines em Portugal continental contribui, por si só, para a redução de voos para as nossas ilhas e que tem sido uma opção ruinosa para os Açores. Além do impacto do número de voos de e para a nossa Região, esta situação tem também um impacto financeiro insuportável

para a situação económica atual da Azores Airlines, agravando de forma significativa o seu défice.

Ninguém compreende, nem ninguém sabe explicar o porquê desta decisão.

Por estas razões, é urgente acabar com esta situação anómala e proceder à alteração da base aérea da Azores Airlines novamente para os Açores, pois o seu propósito fundamental é servir os açorianos e não servir-se dos açorianos.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal não encontra justificação para votar favoravelmente esta urgência. Encontra, no entanto, vastos argumentos para votar contra esta urgência.

O primeiro argumento é que isto trata-se de uma ingerência na gestão da empresa.

O segundo argumento é que isto é irresponsável quanto ao custo financeiro desta operação.

E o terceiro argumento é por estar a decorrer um processo de alienação da empresa, em que decisões desta natureza podem influenciar na negociação para a sua venda e na existência de concorrentes para a mesma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acrescentaria àquilo que já foi invocado pelo Deputado Nuno Barata, e bem, que, além de ser uma ingerência na atividade da SATA, que o CHEGA pretende promover, é também uma absoluta contradição, porque o CHEGA num dia quer fechar a empresa, no outro dia, quer mudar a base aérea e, portanto, não deixa de ser caricato.

Mas igualmente relevante é o facto de se tratar de mais um bom exemplo de uma banalização da urgência. Não há qualquer motivo que se justifique esta urgência, não há qualquer fundamento naquilo que aqui é proposto, além do perigo que ela representa, face ao atual processo de privatização, face ao impacto e face à necessidade, obviamente, de esclarecimentos que ela encerra e que não estão garantidos.

E, portanto, reitero aquilo que foi dito e acrescento que é mais uma contradição. É também um bom exemplo de banalização das urgências e da forma como este Parlamento encara assuntos com a importância que tem, que é uma forma leviana e que não é aceitável, obviamente.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Simões, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não concorda com este pedido de urgência, por uma razão fundamental e que já aqui foi invocada: há um processo de privatização a decorrer.

Ruído na Câmara.

Acho que não disse nenhuma piada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de ouvir.

O Orador: Caberá certamente ao futuro acionista da SATA tomar decisões sobre a companhia e não nos parece que seja correto fazê-lo agora, muito menos, com caráter de urgência, porque tal como também aqui foi dito, isto pode impactar depois na operação em curso.

É esta a nossa posição.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ruído na Câmara.

Este pedido de urgência ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu não sei qual foi a piada que o Sr. Deputado António Lima disse, mas ...

O Orador: Por acaso teve piada.

Presidente: Se ele se riu, riu-se pelas mesmas razões que eu me ri, que também não sei o que se está a passar.

O Orador: Eu ouvi o aparte e teve piada, mas não vou repetir.

O pedido de urgência que nos traz a mais um debate sobre uma urgência e mais um debate sobre uma urgência do CHEGA e é de facto curioso que há vários meses que todas as propostas do CHEGA são urgentes. Isso diz bem da ausência de urgência desta e de outras propostas.

Ora, este projeto de resolução é pedido com carácter de urgência — e a justificação para o nosso voto está profundamente ligada à urgência da medida — e pretende alterar a base da SATA Internacional para uma ilha dos Açores. Não sei qual, porque não diz.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Pode ser o Corvo!

O Orador: Pode ser o Corvo.

Há duas interpretações para esse pedido de urgência: uma é aquela que o Sr. Deputado Carlos Silva referiu que é a contradição de quem afirma querer encerrar a empresa, mas ao mesmo tempo querer mudar a sua base. É uma contradição difícil de compreender, mas certamente haverá uma justificação; A outra possibilidade é querer mudar urgentemente a base para fechar a empresa mais depressa, porque isso poderia significar claramente o encerramento da empresa, com uma decisão deste tipo tomada *em cima do joelho*, numa situação em que a SATA Internacional está numa fase extremamente delicada da sua vida.

Por isso, com pedidos de urgência irresponsáveis destes, nós obviamente não podemos acompanhar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, só deixar aqui o sentido de voto do PPM, que não acompanha a urgência pelo facto de que, numa empresa desta dimensão, pelas dificuldades que tem passado ao longo dos anos e que não se evaporaram, nesta fase de privatização, será muito sensível mexer com a própria empresa e com a própria estrutura. Isso iria mexer, com certeza, com futuros interessados e iria pedir novos estudos, que porventura estão a decorrer e outros que já terminaram, para aquisição para privatização da totalidade da empresa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existir, então vamos votar este pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 31/XIII — “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que intervenha junto da SATA Internacional - Açores Airlines SA. (‘SATA’) a fim de alterar o local onde se situa a Base Aérea”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência Projeto de Resolução n.º 31/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e com 5 votos a favor do CHEGA e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido rejeitado o pedido de urgência, a iniciativa seguirá a sua tramitação normal na comissão respetiva.

Sras. e Srs. Deputados, em nome da Mesa, proponho que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, relembro um *e-mail* que receberam no final da manhã e declaro encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos.

Eram 16 horas e 40 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Documentos Entrados

1- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que altera a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprova a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, e o Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, que estabelece o regime de execução de recolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo - MTSSS - Reg. DL 28/XXIV/2025 - Audição n.º 30/XIII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2025-02-11

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2025-02-19.

2- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 29/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR029.pdf>

Assunto: Procede à sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho, que aprovou o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2025-02-10

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2025-03-14.

3- Projetos de Resolução:

N.º 31/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR031.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional dos Açores que intervenha junto da SATA Internacional - Açores Airlines SA. ("SATA") a fim de alterar o local onde se situa a Base Aérea

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2025-02-12

Comissão: COM PEDIDO DE URGÊNCIA

4- Antepropostas de Lei:

N.º 10/XIII

<http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEAPpL010.pdf>

Assunto: Alteração ao Código do Direito de Autor dos Direitos Conexos

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2025-02-12

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

5- Requerimentos:

Assunto: Provedor Regional do Animal, degradação do Hospital Alice Moderno e atrasos nos apoios às associações de proteção animal

Autor: Pedro Neves (PAN)

Data de Entrada: 2025-02-12

Referência: 54.08.02 – N.º 272/XIII

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque272.pdf

6- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Pedido de informação sobre o Protocolo de Cooperação entre o Governo Regional dos Açores, a Marinha e Autoridade Marítima Nacional para a utilização de sistemas de vigilância marítima na Região

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025-02-12

Referência: 54.02.00 – N.º 245/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp245.pdf

7- Informações:

Assunto: Ofício ref.ª 58754219 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para audição/interrogatório do Senhor Deputado José Paulo Machado Sousa, no âmbito do Processo de Inquérito (Atos Jurisdicionais) 13/25.OPBSCF, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de Competência Genérica de Santa Cruz das Flores

Proveniência: Rui Tiago Conceição Peito, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2025-02-10;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARAA

Proveniência: Flávio Soares, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025-02-11;

Assunto: Ofício ref.ª SAI-SRAPC/2025/96, enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a remeter o Relatório referente aos trabalhos técnicos realizados e a realizar no HDES, E.P.E.R., no âmbito da recuperação de atividade do edifício

Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2025-02-11;

Assunto: Ofício ref.ª SAI-SRAPC/2025/97, enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a remeter informações adicionais no âmbito da recuperação de atividade do edifício, do HDES, E.P.E.R.,

Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2025-02-12.

8- Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-02-11;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21125.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 447/XVI/1.^a (BE) - Corrige as desigualdades no suplemento de fixação dos Guardas Prisionais das Regiões Autónomas- Audição n.º 28/XIII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025-02-12.

9- Diários:

Considera-se aprovado nesta Sessão Plenária o Diário n.º 32/XIII.

Os Serviços de Redação.